



**Ministério da Educação – MEC**  
**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**  
**Diretoria de Educação a Distância – DED**  
**Universidade Aberta do Brasil – UAB**  
**Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP**

**MAXWEL RODRIGUES JACOBINA ARAÚJO**

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA PÚBLICA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM  
ESTUDO A PARTIR DA SECRETARIA DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília – DF

2015

MAXWEL RODRIGUES JACOBINA ARAÚJO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO UM INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA PÚBLICA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM  
ESTUDO A PARTIR DA SECRETARIA DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Administração como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Doutor, Ronni  
Geraldo Gomes de Amorim.

Brasília – DF

2015

Araújo, Maxwel Rodrigues Jacobina.

A economia solidária, como um instrumento de política pública para a emancipação humana: um estudo a partir da secretaria de economia solidária do distrito federal / Araújo, Maxwel Rodrigues Jacobina – Brasília, 2015. 75

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Ronni Geraldo Gomes de Amorim. Departamento de Administração.

1. Economia Solidária. 2. Políticas Públicas. 3. Emancipação humana. I. Título.

MAXWEL RODRIGUES JACOBINA ARAÚJO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA, COMO UM INSTRUMENTO DE  
POLÍTICA PÚBLICA PARA A EMANCIPAÇÃO HUMANA: UM  
ESTUDO A PARTIR DA SECRETARIA DE ECONOMIA  
SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de  
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do  
aluno

**Maxwel Rodrigues Jacobina Araújo**

Ronni Geraldo Gomes de Amorim  
Professor-Orientador  
Universidade de Brasília

Átila Rabelo  
Professor Examinador  
Universidade de Brasília

Brasília, 03 de Dezembro de 2015

## RESUMO

O presente trabalho se lança sobre as bases da economia solidária, na sua construção histórica, nos seus conceitos teóricos e na sua construção prática, principalmente a partir da última década no Brasil. Busca ainda relacionar estas com os conceitos e as práticas da política pública de atenção à população, questionando assim, sobre a utilização da economia solidária como um instrumento de desenvolvimento social e emancipação política e humana num contexto social. Aqui temos a constituição social, histórica e conceitual da economia solidária como prática mundial alternativa ao sistema capitalista vigente contrapondo a sua exploração e as desigualdades por ele criadas. Questiona-se o porquê o governo não se apropria dessa ferramenta, a economia solidária, como oportunidade efetiva de transformação social. E levanta-se ainda, em aspectos gerais, como a economia solidária pode se constituir na sua prática um meio de transformação social e emancipação humana. Ao questionar se é possível a constituição de um ser humano pleno, nas suas relações sociais, no seu trabalho, na sua prática política e na sua realidade. O ser humano emancipado é capaz de transformar a sua própria realidade.

Palavras-chave: Economia solidária. Políticas públicas. Emancipação.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
1.1	Contextualização do assunto.....	09
1.2	Formulação do problema.....	09
1.3	Objetivo geral.....	11
1.4	Objetivos específicos.....	11
1.5	Justificativa.....	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	17
3.1	Tipo e descrição geral da pesquisa.....	17
3.2	Caracterização da organização, setor ou área.....	17
3.3	Participante do estudo.....	18
3.4	Caracterização dos instrumentos de pesquisa.....	19
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados.....	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	21
4.1	Economia solidária: da construção teórica à prática social.....	21
4.1.1	Construção de conceitos históricos.....	21
4.1.2	Modelo conceitual moderno: Laville e Paul Singer. ....	24
4.1.3	As características da Economia Solidária.....	28
4.1.4	A economia solidária no governo brasileiro a partir de Paul Singer.....	31
4.1.5	Entrevista com o subsecretário da economia solidária do Distrito Federal.....	33
4.2	A política pública e a economia solidária.....	36
4.2.1	Economia solidária como instrumento de política pública.....	36
4.2.2	Conceituação de política pública para a economia solidária.....	38
4.2.3	Economia solidária como política pública no Brasil.....	43
4.2.4	A prática da economia solidária a partir do governo.....	46
4.3	A emancipação por meio da economia solidária.....	48
4.3.1	Sistema capitalista e a economia solidária.....	48
4.3.2	A solidariedade que se opõe ao capitalismo.....	52
4.3.3	A Emancipação Política.....	55
4.3.4	A Emancipação humana.....	59
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	63
6.	REFERÊNCIAS.....	67

7. ANEXOS.....	71
7.1 Transcrição da entrevista.....	71
7.2 Foto do entrevistado.....	73
7.3 Quadro explicativo da Economia Solidária.....	74

## 1. INTRODUÇÃO

A economia solidária é outra forma de produção que prima em promover a igualdade, equidade e justiça para as relações humanas. Ela tem se mostrado uma poderosa ferramenta de transformação social, seja pelos momentos em que ela garante o emprego a trabalhadores que por diferentes motivos estariam desempregados ou no momento que tira pessoas vulneráveis das suas situações de pobreza.

A partir do tema central da economia solidária vai se analisar diferentes aspectos da política pública de apoio e incentivo à economia solidária como instrumento de transformação social e emancipação humana. Para explorar com profundidade se faz necessária à conceituação e análise prática dos dois temas.

Portanto, da maneira mais simplista a economia solidária é “outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual.” (SINGER, 2002, p.10), e a política pública é “(...) um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade (...).” (CALDAS, 2008, pg. 5) então pretende-se relacionar os dois conceitos buscando através de eles promoverem a emancipação humana, política e social dos cidadãos.

A importância de relacionar esses conceitos é fundamental, pois poderão mensurar e diagnosticar o quanto as políticas públicas se apoderam, ou o quanto mais deveriam se apoderar, da economia solidária como um instrumento de transformação, a partir dessas possibilidades de constituição de uma nova política pública desenvolvida pelos atores que dela vão se beneficiar elevaria as ações de governo para um nível muito além do assistencialista.

Os apontamentos dessa pesquisa servirão em um primeiro momento para discutir, verificar e entender melhor a importância e os papéis da economia solidária nessa sociedade capitalista. Apontará também o papel e a importância do governo se apropriar da economia solidária para promover igualdade, transformação e justiça.

As bases sobre as quais se constrói o tema do presente trabalho são textos históricos e referenciais teóricos na construção histórica do que pode ser entendido



como os inícios dos ideais da economia solidária ainda recorreram a textos de teóricos mais recentes sobre a prática atual da economia solidária, suas aplicações e suas implicações na sociedade moderna, bem como estudos e pesquisas sobre a realidade atual da economia solidária a partir dos dados e práticas, tanto aquelas que foram motivadas pela luta e mobilização social como as que surgiram do apoio e incentivo do governo. Ainda foram consultadas referências de políticas públicas e analisou-se os da economia solidária atual com uma realidade desejada, almejada para aumentar a capacidade da economia solidária.

“Emancipação é um termo usado para descrever vários esforços de obtenção de direitos políticos ou de igualdade, frequentemente por um grupo especificamente privado de seus direitos ou, mais genericamente, na discussão de tais questões. ”

A crise do paradigma da emancipação social desenvolvido pela modernidade ocidental é profunda e irreversível. A emancipação social tem, assim, de ser reinventada. Para isso é necessário concebê-la como uma forma de globalização contra hegemônica constituída por alianças locais globais entre grupos sociais que lutam contra a exclusão, a exploração e a opressão produzidas pela globalização hegemônica neoliberal. Tais lutas traduzem-se na criação de alternativas à lógica monolítica e excludente do capitalismo global, espaços de participação democrática, de produção não capitalista de bens e serviços, de criação de conhecimentos emancipatórios, de promoção de trocas culturais pós-coloniais e de novas solidariedades internacionais.

Foi ainda consultado dados públicos, informações e referências coletadas em artigos e informações nos sites da SENAES e da IPEA: secretaria nacional de economia solidária do instituto de pesquisas econômicas aplicadas e outros levantamentos sobre dados e fatos da economia solidária. Retoma-se também informações coletadas durante em uma entrevista com ex-secretário da subsecretária de economia solidária do Distrito Federal, filiada a secretaria de trabalho e emprego extinta pela mudança de governo nas últimas eleições.

Como passo seguinte se definiu o que é uma política pública e buscou as relações e construção das possibilidades de desenvolvimento da economia solidária a partir de uma política pública direcionada para o tema. A pesquisa também preocupou em estabelecer uma referência de qual seria o padrão de utilização da

economia solidária e quais são as forças que limitam ou impedem o desenvolvimento dessa prática a partir das políticas de governo.

Por último entende-se que a economia solidária é capaz de promover a emancipação humana e social, primeiramente constrói-se o conceito de emancipação política e humana e depois como podem ser aplicados à realidade prática social por meio de uma política pública da promoção da economia solidária.

### **1.1 Contextualização.**

A economia solidária não é um tema novo, mas é certo que está tomando uma nova dimensão na atualidade, por diferentes fatores: condições sociais que impõem a necessidade de novas alternativas, uma crítica prática ao sistema capitalista, levando a ideia de que se fazer alguma coisa contra é mais importante do que apenas criticar sem buscar um caminho alternativo, as conexões em rede, proximidade de movimentos sociais e outros participantes da economia solidária que estão se unindo inclusive em redes de consumo justo.

As políticas públicas são sempre retomadas em conceitos teóricos e trabalhos acadêmicos, na prática também a sociedade está se apoderando desses conceitos até porque algumas conquistas do tempo presente só aconteceram pela aplicação das políticas públicas como uma via de se garantir os direitos.

Além da economia solidária e dos aspectos gerais de políticas públicas uma esfera de conhecimento mais distante, porém que poderá ser aproximada pelos dois temas retomados e debatidos nesse trabalho. O que se busca é construir uma relação ou ligação do uso da economia solidária como política pública para a emancipação humana, e a partir desses indivíduos autônomos transformarem as realidades sociais daqueles que mais precisam.

Buscou-se despertar o interesse para uma discussão contextualizada a partir da aplicação sistemática da economia solidária por parte do governo como política pública buscando demonstrar os benefícios e implicações dessa possível prática de governo na emancipação e desenvolvimento dos diferentes grupos da sociedade.

### **1.2 Formulação do problema.**

A sociedade é diferente em muitos aspectos, e essas diferenças acabam por gerar desigualdades, e essas desigualdades se reproduzem com muita facilidade promovendo um ciclo vicioso que muitas vezes o governo ou outras instâncias de poder não conseguem intervir, diante disso se formula a pergunta de forma integrada, mas que fornece elementos para muitos outros questionamentos de forma individual.

A pergunta sobre a qual se fundamenta esse trabalho é: como a economia solidária pode ser um instrumento de política pública para promover a emancipação humana? E a partir dessa busca-se definir muitas outras antes de formular suas conexões nessa pergunta geral.

A economia solidária se mostra eficaz na promoção social, na transformação de realidades pobres ou miseráveis, mas será se não poderia ser mais do que isso? Ir além, podendo ser aplicada nas suas mais diversas formas, das mais diferentes maneiras em todas as realidades tão igualmente diferentes na sociedade? Por que manter esse reducionismo de economia solidária apenas aos pobres? A quem esse discurso interessa, ou quem quer evitar que a lógica básica que move a sociedade deixe de ser a exploração e passe a ser a cooperação, a solidariedade e a ajuda mútua?

As políticas públicas são instrumento de o governo fazer valer ou não a sua vontade, porém as políticas públicas do governo atende aos interesses de quem? Quais grupos são os mais beneficiados e a quem o governo responde quanto à sua política pública? Quais são as pessoas que têm os instrumentos de cobrar e exigir do governo a efetividade das suas ações?

O que é emancipação e porque esse termo não é mais frequentemente utilizado? Quantos cidadãos entendem que apenas são emancipados se houver igualdade de todas as formas entre todos os cidadãos? Qual política do governo é voltada para a emancipação? O governo está mais interessado em emancipar ou em reproduzir as condições sociais vigentes?

No meio de tantas perguntas é possível tecer um cordão de três dobras, ou levantar uma ideia fixada sobre um tripé: economia solidária mais política pública mais emancipação humana, nesse caso cada conceito têm um fim em si mesmo, tem a sua importância prática e objetiva independente do outro o desafio nesse trabalho será relacionar os três.

### **1.3 Objetivo Geral.**

Apontar como as políticas públicas podem se apoderar da economia solidária para promover a emancipação social. Busca-se identificar em três instâncias diferentes da sociedade, um caminho comum à construção de práticas alternativas às atuais.

### **1.4 Objetivos Específicos.**

Para alcançar o objetivo proposto, foi necessário dividir e constituir o tema nos três diferentes aspectos, porém ainda no mesmo instante aproximando e relacionando cada um deles.

Identificar o mais coletivo de todos, as políticas públicas que estão representadas na forma do governo responsável por atender as necessidades e interesses de todos os cidadãos, porém mantém a sua prática direcionada a grupos específicos dos mais poderosos.

Conceituar um aspecto mais geral, que pode estar sobre todos os que o buscarem, somente sobre aqueles que querem participar dele, a economia solidária que se apresenta como uma forma mais justa e solidária de se trabalhar e organizar um sistema de produção social que não explora o seu semelhante e que promove o desenvolvimento.

Apontar a emancipação social como fruto da emancipação política e humana que leva o homem ao uso de suas plenas capacidades e a construção de si mesmo como protagonista dos seus interesses em todos os aspectos da sua vida.

Unir essas três demissões, três aspectos que são tão diferentes, e quase sempre são tratados e analisados de maneira distante têm muito a acrescentar se forem unidos, caso aproximados em um bem comum, um propósito maior.

### **1.5 Justificativa.**

Os questionamentos atuais do sistema social demonstram que temos muitos insatisfeitos com o sistema atual vigente, os níveis de pobreza e desigualdade presentes nas sociedades atuais também demonstram que há falhas nos processos sociais que precisam ser corrigidos, se em meio a todos esse sistema conseguir apresentar outra possibilidade, mais uma alternativa em meio a tantas outras que se oferecem para promover a mudança tão necessária.

A economia solidária, por mais que na última década tenha se desenvolvido tanto na prática quando nos seus conhecimentos ainda está muito aquém do que pode de fato representar para a sociedade, ela pode se estabelecer para uma parcela muito mais significativa, seus conceitos e suas práticas devem ir para além das classes sociais menos favorecidas, deve-se atuar e avançar no desenvolvimento dessa prática.

Pensar na necessidade de emancipação humana é definir a importância de valorização do ser humano no campo político para além do voto e no humano para uma plenitude, capacidade plena de decidir e se desenvolver constituindo-se para além dos apoios do governo.

Todos esses aspectos e outros apontamentos aos quais se pretende chegar justifica a constituição dessa pesquisa, desse trabalho para apontar e promover caminhos alternativos aos erros e faltas que precisam ser modificados.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO.

Estabelecer uma crítica apoiada em referencial teórico da administração pública é uma prerrogativa da faculdade de administração pública por estar inserida nessa área de conhecimento. O referencial teórico ao qual se recorre é o de Marx, sua obra que se sobrepõe ao tempo e mesmo com o passar de tantos anos nunca se tornou obsoleta. Apesar de quase sempre analisado a partir dos mesmos discursos, sua construção de oposição ao capitalismo pelo socialismo. Nesse momento acredita-se que ultrapassar esses conceitos a partir de outra análise é fundamental.

Por isso o recorte para esse trabalho não será a economia solidária como instrumento da revolução socialista, caráter perfeitamente aceitável, principalmente quando analisamos novas conjunturas, como as revoluções bolivarianas correntes em países da América latina que buscam promover o socialismo a partir do capitalismo, ou em análises da ilha socialista de Cuba, que busca na abertura da sua economia planificando novas formas de manter-se relevante na sua identidade ainda socialista.

O recorte da obra marxista escolhido é como o trabalho pode ser um elemento de emancipação humana, e esta forma de emancipação se transforma inclusive em um instrumento de superação da emancipação política.

Também a partir do texto marxiano, a contradição entre emancipação política e emancipação humana deixa claro que a parcialidade e a insuficiência da concepção de liberdade na sociedade capitalista inviabilizam a efetiva liberdade humana e a concretização da elevação dos potenciais humanos. (MATA, 2011, pg. 2)

Na visão Marxista, a partir do texto “Sobre a Questão Judaica, apresenta-se a diferença e a contradição entre emancipação política e emancipação humana, bem como a insuficiência da primeira para efetivar a liberdade humana; ” (MATA, 2011, pg. 1) explorar esses conceitos é também a construção de uma formação crítica, à educação, ao trabalho e aos ambientes dominados por uma força de exploração que se perpetua no poder.

O conceito de políticas públicas foi retirado principalmente de textos acadêmicos que cumpre bem com a função de definir e promover conhecimento sobre os aspetos gerais.

Outros autores clássicos para a economia solidária e para o cooperativismo também foram citados a partir de textos instrumentais para a definição do que é a economia solidária. Em outro momento buscou-se dados e conceitos a respeito da economia solidária em informações dos levantamentos da Secretaria Nacional da Economia Solidária, nos debates do Fórum Nacional de Economia Solidária e outros órgãos públicos de pesquisa e desenvolvimento da economia solidária no Brasil.

Em outro aspecto, buscou-se trabalhos acerca das políticas públicas e coleta-se informações em textos acadêmicos nos quais debatiam e ampliavam as informações conceituais e teóricas a respeito da construção desse tema.

Textos e autores básicos foram utilizados para a construção desse trabalho acadêmico como por exemplo os escritos de Paul Singer que é sempre citado como um importante autor da economia solidária, as teorias e práticas desse economista aprofundam ainda mais os conceitos e ainda estabelecer a economia solidária como uma ação possível em meio ao capitalismo. No Brasil a economia solidária tem um papel importante e hoje faz parte das políticas de governo a partir da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) vinculada ao Ministério do Trabalho presidida por Paul Singer.

A partir de diferentes referenciais teóricos se fez a divisão desse trabalho em três diferentes partes aonde a primeira faz a construção histórica e conceituação teórica da economia solidária como princípio básico de desenvolvimento do tema. Para essa construção teórica histórica recorre-se a autores que debatem a prática da economia solidária como Paul Singer, Laville e Lechat, de uma forma conceitual, cada um estabelece um padrão de construção do conceito. Seguido por diferentes vieses teóricos fazem uma construção desde os tempos remotos da revolução industrial aonde já se previa o colapso do sistema capitalista se buscava definir uma nova forma, alternativa ao desenvolvimento social.

Os autores modernos retomam um conhecimento gerado no passado por autores clássicos críticos do capitalismo como Robert Owen, Karl Marx, Charles Fourier e outros, com o objetivo de a partir das suas experiências teóricas e práticas construir um modelo atual concreto para a economia solidária que respeite limites e intenções históricos. A análises desses autores convergem para

pontos comuns a respeito da economia solidária na sua definição e nos elementos básicos da sua prática. Podem divergir de alguma maneira quanto aos objetivos dessa forma de se organizar a produção, mas garantem que esta é uma forma pela qual a sociedade pode superar as suas dificuldades e a exploração coletiva.

Numa faculdade de Administração Pública é necessário recorrer a esse elemento como forma constituinte da administração e do governo, assim recorreu-se a construção desse conceito para a análise da economia solidária a partir do governo. Não foi uma análise pioneira, uma vez que o próprio governo já possui seus elementos de gestão dessa forma de organizar a sociedade. Para isso foi analisado os dados da SENAES, secretaria nacional de economia solidária, e a partir dessa e de outras instâncias governamentais foi feito a análise e o balanço das atividades do governo na promoção da economia solidária como um a política pública.

Ainda se recorreu à uma entrevista realizada na subsecretaria da economia solidária no governo do Distrito Federal, apesar de ser um recorte local apresenta elementos fundamentais para entender o contexto e se apresentar os bons resultados de uma política pública, ainda que a partir das inclinações de governo e de partido para o desenvolvimento social. Aqui se definiu o que é uma política pública e buscou as relações e construção das possibilidades de desenvolvimento da economia solidária a partir de uma política pública direcionada para o tema. A pesquisa também preocupou em estabelecer uma referência de qual seria o padrão de utilização da economia solidária e quais são as forças que limitam ou impedem o desenvolvimento dessa prática a partir das políticas de governo.

Como fechamento ou justificativa para o governo aplicar a economia solidária como política pública foi utilizado o argumento do bem final da prática da economia solidária, que não é apenas a transformação financeira e social que ela promove e sim, e principalmente o fato da emancipação humana que ela gera.

Para tratar desse tema recorreu-se às análises novamente de autores clássicos e críticos do capitalismo, justamente por entender que está no capitalismo o cerceamento do homem emancipado, autônomo e capaz de decidir por si mesmo. Autores como Boa Ventura de Sousa Santos serviram de inspiração para esse debate, mas os conceitos que se construíram foram principalmente a partir de um texto de Karl Marx sobre a questão Judaica, aonde ele utiliza o recorte religioso para apresentar os elementos do capitalismo sobre o domínio do estado e da limitação



humana. Não se utilizou nessa análise o viés religioso e sim o trabalho emancipado, ou em oposição a esse, a exploração desse trabalho que o capitalismo promove.

Por último entende-se que a economia solidária é capaz de promover a emancipação humana e social, primeiramente se construiu o conceito de emancipação política e humana e depois como podem ser aplicados à realidade prática social por meio de uma política pública da promoção da economia solidária. A economia solidária pode e deve ser entendida como uma resposta a emancipação humana pois é uma via simples, barata e efetiva para que todos possam participar da própria construção social e política, favorecer a economia solidária não significa excluir outras políticas públicas emancipatórias como a transferência de renda por meio de programas sociais, ou também não se constitui um elemento de oposição aos sistemas vigentes. Pode e deve haver espaço para todos esses elementos por parte do governo.

O que esse não pode é negligenciar o papel e a importância dessa como elemento de construção a alternativas de exploração do sistema capitalista, e um instrumento de emancipação social. Ainda buscou-se promover nessa produção a união e a relação desses temas amarrando a pesquisa com a possibilidade da sua prática.

Partiu-se dessa fundamentação teórica para apresentar as alternativas e as formas de ver e pensar no mundo diferente. Em seguida demonstra-se que o cerne desse capitalismo é a exploração da mais valia o que traz mais prejuízos que benefícios para a maioria das pessoas.

### **3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.**

Uma ampla pesquisa bibliográfica e catalográfica para desenvolver o tema que está sendo pesquisado. Para desenvolver a pesquisa buscou-se em livros, artigos científicos e relatórios de dados sobre o tema a partir de escritos pré-selecionados dentro do que se aplicava a forma de conhecimento.

Assim teve-se por objetivo conhecer, ampliar e analisar as algumas contribuições para o tema emitindo um parecer a partir do ponto de vista específico pelo qual se buscou desenvolver um novo raciocínio dentro do tema.

As hipóteses levantadas pela pesquisa encontram uma estreita relação com a construção teórica já desenvolvida e por isso é tão importante à consulta e leitura de diversas fontes que se enquadram aos objetivos do que se está pesquisando.

#### **3.1 Tipo e descrição geral da pesquisa.**

A pesquisa que se objetivou foi uma descritiva, pois a partir da opinião estabelecida por autores no mesmo campo da pesquisa e análise de casos e relatos documentais serviram para interpretar o fenômeno de como a economia solidária pode, e deve ser aplicada diligentemente por parte do governo como uma política pública na expectativa de se consolidar a plena cidadania.

Para a pesquisa foram utilizados dados secundários a partir de fontes conhecidas e consolidadas como base de conhecimento, relatório de dados e análise experimental de diferentes autores sobre o mesmo tema que contribua para o desenvolvimento de um ideário apto a desenvolver os conceitos e proposições desenvolvidas nesta pesquisa.

#### **3.2 Caracterização da organização, setor ou área.**

O tema abordado não exige a tipificação de uma organização ou instituição específicos para serem desenvolvidos, pelo contrário, a generalidade da pesquisa

garante a sua amplitude. Propositalmente não se buscou por um recorte temporal ou uma política pública específica, ou ainda uma organização de uma das formas de economia solidária por isso limitar os resultados a apenas uma experiência.

O objetivo da pesquisa está relacionado à sua amplitude, junto da ideia de quanto mais for realizado mais possibilidades de desenvolvimento da proposta será realizada. Claro que se levou em conta as diferenças conceituais, teóricas e práticas para cada empreendimento solidário e para cada política pública foi justamente por isso que evitamos a amostragem específica, para os resultados não ficarem condicionados há apenas uma realidade sob uma única demanda e proposta.

### **3.3 Participantes do estudo.**

Encontramos atores de economia solidária em diferentes locais, regionais e nacionais. A partir das experiências populares além de muito pulverizadas não encontramos registros e referências conceituais dessas informações, por isso preferimos buscar os dados a partir de referências institucionais como na Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES) e suas ramificações como o Fórum Brasileiro de economia Solidária (FEBES) bem como outras instituições que ofereceram contribuições teóricas para o que foi proposto e desenvolvido, como foi o caso do IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada.

Os conceitos de governos, políticas públicas, economia e sociedade foram tirados de estudos acadêmicos, não havendo assim também a referência a essa ou aquela esfera de governo e regionalidade. Após a construção histórica dos conceitos foi dada uma maior atenção para o que foi desenvolvido no campo teórico e prático da economia solidária e políticas públicas dessa área do conhecimento na última década, justificando assim a atualidade do tema e aumentando a perspectiva da sua aplicação no futuro.

Como parte prática do estudo ainda se recorreu a uma entrevista realizada no final do ano de 2014 com o então subsecretário de economia solidária do Distrito Federal, Afonso Magalhães que “Trabalhou na Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego durante quatro anos e se familiarizou com a política pública e os conceitos da atividade.” (SOLIDÁRIO, 2014) a entrevista foi semiestruturada com objetivos pedagógicos e acadêmicos, a pesquisa foi

realizada na sede da subsecretaria e foi gravada em áudio. Os dados coletados na entrevista foram utilizados no decorrer desse trabalho dando destaque aos aspectos conceituais caracterizados como parte da pesquisa.

### **3.4 Caracterizações dos instrumentos de pesquisa.**

Realizou-se para a construção desse trabalho nenhuma pesquisa quantitativa, e também qualitativa a partir da análise de referencial teórico construído e constituído por diferentes pesquisadores, em diferentes espaço e tempos e também com os mais distintos objetivos.

O proposto aqui foi a aproximação de um conjunto de referências bibliográficas que separadamente estavam abordando o tema e desenvolvendo uma vertente ideológica que atendia aos questionamentos da pesquisa, desde que se aproximada e organizada da forma correta como instrumento de conhecimento estabelecido nessa forma.

Outro elemento importante foi a utilização de dados do IPEA, em análises do papel da SENAES e outros instrumentos de pesquisa e mensuração da prática de economia solidária por todo o país, colocadas em um amplo cenário de avaliação constante e promoção de políticas pública para o desenvolvimento dessa área a partir do governo nacional, alinhado e promovendo estratégias também a partir dos governos locais.

### **3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados.**

Os dados para essa pesquisa vieram de uma pesquisa bibliográfica do referencial teórico aceito como fontes de referência para a consulta do tema, por não se tratar de uma pesquisa quantitativa não houve a importância de mapeamentos e tabulações de números gerais. Além disso, nesta pesquisa se primou pelo desenvolvimento de uma constituição conceitual sobre a qual se firmou a abordagem teórica oferecendo indicações para a construção da prática que os conceitos abordam.

Alem da pesquisa bibliográfica e análise de dados se utilizou também informações de entrevistas oferecidas pela secretária de economia solidária do Distrito Federal que foi instituída como uma opção de desenvolvimento das políticas públicas da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local, promovendo a inclusão social e a luta contra a pobreza.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.**

Após apresentado todos os temas que foram pesquisados e meios utilizados para se obter os resultados esperados desenvolve-se a hipótese proposta até chegar a resultados aceitáveis.

Para isso recorre-se a literatura consultada com o propósito de construir conceitos sobre bases sólidas, já aceitas e testadas anteriormente à essa pesquisa.

Para ser objetivamente mais didática, a sequência foi dividida em três partes cada uma apresentando seus elementos conceituais, as quais se propuseram: num primeiro momento a construção histórica e conceituação teórica da economia solidária como princípio básico de desenvolvimento do tema.

Como passo seguinte se definiu o que é uma política pública e buscou as relações e construção das possibilidades de desenvolvimento da economia solidária a partir de uma política pública direcionada para o tema. A pesquisa também preocupou em estabelecer uma referência de qual seria o padrão de utilização da economia solidária e quais são as forças que limitam ou impedem o desenvolvimento dessa prática a partir das políticas de governo.

Por último entende-se que a economia solidária é capaz de promover a emancipação humana e social, primeiramente constrói-se o conceito de emancipação política e humana e depois como podem ser aplicados à realidade prática social por meio de uma política pública da promoção da economia solidária.

Ainda buscou-se promover nessa produção a união e a relação desses temas amarrando a pesquisa com a possibilidade da sua prática.

### **4.1 Economias solidárias: da construção teórica à prática social.**

#### **4.1.1 Construção de conceitos históricos.**

A economia solidária surge como forma de produção após diferentes processos, e essas definições do surgimento da sua prática de economia solidária, se faz necessária para entender os conceitos.

Sendo assim, a partir desses momentos de crises históricas do capitalismo surgiria também a construção histórica do conceito de economia solidária a partir de diferentes atores e sob os mais diversos aspectos como: associações, cooperativas, vilas comunitárias, fábricas coletivas e etc. Cada proposta elaborada e defendida por diferentes autores que com suas ideias expandiram também os conceitos de economia solidária. (ARAÚJO, 2013 p. 8).

O processo de constituição da economia solidária surge no início do século XIX com autores clássicos que estava teorizando e experimentando diferentes formas da produção, entre eles merecem destaque: Henri de Saint-Simon, François Fourier e Robert Owen por suas ligações com a Economia Solidária. Esses autores não apenas constituíram um novo referencial teórico para uma produção sobre bases diferentes que não fossem a exploração como deram início a esses processos de forma prática.

Situa-se nesses autores e nesse momento histórico, pois eles lançaram as bases da economia solidária por constatarem o momento exato que a acumulação primitiva do capital que é a separação do trabalhador dos seus meios de produção sendo obrigado para manter a sua vida a venda da sua força de trabalho, nesse momento sujeitando-se à exploração capitalista.

Esses autores clássicos, que ficaram conhecidos como socialistas utópicos, pensaram cada um a sua maneira em devolver aos trabalhadores a força do seu trabalho, e os ganhos da sua produção.

No caso de Proudhon, foi o primeiro anarquista a apresentar seus modelos de condução da sociedade, ele era contrário aos grandes sistemas centralizados, portanto acreditava na associação de trabalhadores que reorganizaria o trabalho produtivo (SANTOS, 2010, 27) contra as formas de dominação vigentes. Sua visão anarquista constitui um elemento à forma da economia solidária: a autogestão e a participação coletiva. Proudhon chegou a imaginar o fim da propriedade privada imaginando para isso “uma sociedade formada por produtores com possibilidades de financiamentos a partir dos bancos de troca para conquista de meios de produção coletivos e substituição do dinheiro por certificados de circulação para serem trocados por serviços.” (ARAÚJO, 2013, p.11).

Já Saint-Simon, apostava na gestão a partir dos mais preparados, ou conselhos para garantir a direção da sociedade. Na transposição para a economia

solidária os princípios de igualdade de poder complementam as teorias de Saint-Simon para a produção da administração coletiva.

E assim, a autogestão com seus conselhos é o meio mais democrático e racional para se administrar e produzir a riqueza social. Desse modo, o pensamento de Saint-Simon influencia a Economia Solidária justamente na questão dos “conselhos” e que eles são a forma mais “racional” de administrar e produzir a riqueza social. (SANTOS, 2010. P29)

A autogestão nos empreendimentos solidários corresponde a igualdade entre todos, a quantidade de votos, ou o poder de decisão não é definido pelo poder e influência que se têm e sim na forma de quantidade de pessoa, cada um representa um voto independente de qual aporte financeiro, ou tempo que participa da associação. “Essas associações de cidadãos representaria a perda do individualismo e fomentaria na sociedade a solidariedade necessária ao desenvolvimento de todos de uma forma mais justa” (ARAÚJO, 2013, p.10).

Em Fourier, vê-se uma constituição mais prática das aplicações dos conceitos de coletivismo, contra a exploração dos trabalhadores das fábricas e dos grandes lucros que os vendedores e bancários acumulavam na época ele propõe que toda a sociedade seja dividida em grandes aldeias, autossuficientes, capazes de ser independentes e pronta a desenvolver economicamente a sociedade de forma mais igualitária.

Fourier propõe a instalação de falanges industriais como forma de organização da sociedade que acabará com a pobreza e miséria, suas ideias estão muito presente atualmente em um dos pilares da Economia Solidária que se trata do conceito de associação, pois uma das características de um empreendimento de Economia Solidária seja ele, por exemplo, uma cooperativa, refere-se ao fato do empreendimento ser uma associação de trabalhadores que realizam um “[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (MTE, 2006, p.11, grifo nosso). Desse modo, a associação de trabalhadores para produzir e organizar a sociedade de modo mais racional, como mostra Fourier (2002) é retomada também na Economia Solidária. (SANTOS, 2002, p.33)

Assim, Fourier propõe algo que a economia solidária moderna se apropria bastante nos tempos modernos, formando comunidades de atuação e apoio mútuos para desenvolvimento de uma região, ou de pessoas de um grupo específico. “A sociedade deveria ser constituída por falanstérios que seriam as fazendas coletivas onde todos desenvolveriam a produção necessária para o bem-estar comum da sociedade.” (Araújo, 2013, p.10).

Robert Owen foi outro grande defensor da produção coletiva, nele se encontra inclusive a ação prática, pois chegou a experimentar nas suas próprias fabricas modelos cooperativas de produção e consumo. Ele era um grande crítico do



sistema capitalista, que segundo ele explorava e dominava sobre os mais pobres e como resposta deveria ser pensado um novo sistema social que ultrapasse esses limites e essas barreiras por meio de uma construção coletiva baseada na solidariedade e apoio mútuo. Munarim 2007 destaca que para ele (Owen) “se a sociedade se organizasse a partir de colônias cooperativas seria possível o fim permanente da propriedade privada dos meios de produção. ” (ARAÚJO, 2013, p.11).

Em cada um desses autores clássicos vê-se a construção de diferentes aspectos da economia solidária, em um a importância da autogestão, em outro a necessidade de trabalho coletivo, ainda se encontra uma crítica fiel ao sistema capitalista, bem com teorias e práticas de um sistema social de produção coletiva mesmo que em uma pequena dimensão mais direcionado para a conquista da grandeza, com pretensões de se sobrepor ao sistema vigente.

Na entrevista realizada com o subsecretário da economia solidária é latente a percepção dele sobre todos esses aspectos. Primeiro ao destacar a importância da política pública de economia solidária como ferramenta de governo para organização social e coletiva. Depois ao demonstrar que por meio da economia solidária muitos trabalhadores em situações adversas puderam ter de volta sua dignidade e constituir a própria renda por meio da organização coletiva.

Na entrevista com o subsecretário, Afonso Magalhães ele sempre retomava ao aspecto da economia solidária ser formada pela auto-gestão, aspecto fundamental para caracterizar essa forma de empreendimento e que por meio dela se diminui a exploração presente em outras formas e sistemas de organização do trabalho. Para ele o sistema da economia solidária não precisa romper com a organização social vigente do capitalismo, mas pode se apresentar como aspecto geral de resposta aos que são por diferentes motivos excluídos desse sistema.

#### **4.1.2 Modelo conceitual moderno: Lavelle e Paul Singer.**

Há dois expoentes conceituais da economia solidária, um representado no líder da SENAES Secretária Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, que faz uma abordagem teórica a partir do Marxismo, levando em conta a luta de classes e a exploração capitalista e colocando a economia solidária como ferramenta estratégica

de superação desses sistemas. De outro lado há os trabalhos do francês Jean-Louis Laville, sociólogo que analisa a economia como uma forma plural e determina que a economia solidária seja apenas mais uma dessas muitas formas, que se aproxima do sistema social vigente, de maneira a se relacionarem e cooperar entre si até permanentemente.

Além desses dois principais foram feitos levantamentos de escritos de outros autores para uma análise conceitual mais completa a partir de autores teóricos e iniciativas da prática da economia solidária identificando os pontos de semelhança e convergências dessas teorias, ideias e práticas para a construção de um conceito sólido.

A atual base teórica de economia solidária pode ser encontrada em autores e pesquisadores de economia solidária no Brasil, América do Sul e ainda na América do Norte e Europa. “Eles convergem para as mesmas direções nos seus conceitos e se aproximam claramente uns dos outros ao estabelecer características próprias da economia solidária. (ARAÚJO, 2013, p.11).

Vinicius de Sousa Santos (2010, p.48) destaca que além da importância de se apresentar os dois autores e seus pensamentos críticos sobre a economia solidária e o seu papel é fundamental ter consciência de como surge e quais formas toma a economia solidária moderna, uma vez que as conjunturas históricas políticas e sociais da atualidade são bem diferente das bases sobre as quais os clássicos lançaram as suas ideias.

Desse modo, Laville e Singer são apresentados como os principais autores que discutem o conceito de Economia Solidária na atualidade, no plano nacional e internacional.

Mas antes de “esmiuçar” o pensamento de Singer e Laville e apresentar o conceito de Economia Popular, cabe explicitar o surgimento dos empreendimentos de Economia Solidária na contemporaneidade. Destarte, faz-se necessário voltar à década de 1970 quando o “mundo do trabalho” presenciou mudanças profundas, tanto subjetivamente (no mundo das ideias) quanto objetivamente (mundo material). (SANTOS, 2002, p.37)

O principal fator, ou as principais causas da retomada à economia solidária no Brasil e no mundo se dá pela constatação dessa ser uma ferramenta fundamental para a superação da pobreza e das desigualdades. Seja em um contexto de exploração capitalista, ou nas formas da redução do valor de trabalho ou ainda mesmo para se lutar contra a falta de postos desse.

Enxergar a economia solidária como instrumento de superação da pobreza, da miséria e dos meios de exploração capitalistas está mais presente nos pensamentos de Paul Singer. Enquanto Laville vê na economia solidária a transformação do sistema econômico a partir de uma de suas apresentações,

cabendo ainda muitas outras, ele acredita que o trabalho se apresenta na forma real e prática da atuação na economia solidária.

Laville começa a conceituação por apresentar a necessidade de uma economia não egoísta e que supere as iniciativas filantrópicas do capitalismo corrente, em outras palavras se o egoísmo for superado a economia que se apresenta é uma solidária e mútua para a atuação de todos com forças e poderes iguais.

Mas o que o estudo de Laville apresenta como novidade é a “nova” noção de solidariedade que esses empreendimentos passam a apresentar, porque segundo esse autor existem duas noções de solidariedade: a filantrópica e a democrática. (...) então, a solidariedade filantrópica é apenas uma forma dos que possuem condições materiais oferecerem ajuda aos excluídos, mantendo o processo de dominação. Já a solidariedade democrática assume outra noção, como observa Laville é a “nova” noção de solidariedade que é identificada nos empreendimentos de auto-organização associativos e cooperativos de trabalhadores na Europa. Segundo o autor, os indivíduos envolvidos em tais empreendimentos partem da concepção de que a economia de mercado<sup>56</sup> é excludente e existem “outras formas de fazer economia”, pautada, particularmente, na noção de economia plural... (SANTOS, 2002, p.52)

Como se pode ver Laville apresenta e fundamenta seu conceito de economia solidária em uma nova economia baseada em aspectos da solidariedade e relacionada, ou ainda mais, conectada com outras formas da economia, e nessa nova economia se estabelece uma nova ordem social de apoio e superação do sistema vigente.

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, centrada sobre o capital a ser acumulado e que funciona a partir de relações competitivas cujo objetivo é o alcance de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir de fatores humanos, favorecendo as relações onde o laço social é valorizado através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que supõe uma autoridade central e formas de propriedade institucional. (APUD LECHAT, 2002, p. 7).

Assim, Laville destaca que a economia solidária não possui a mesma lógica de mercado capitalista e nem a lógica dos interesses do Estado, essas lógicas diferenciadas podem estar presentes entre si e não necessariamente concorrerem, podem se interligarem e uma contribuir com a outra. (ARAÚJO, 2013, p.12)

Singer possui uma inclinação socialista para apresentar seu conceito de economia solidária e para formular seu conceito, analisa questões mais sociais e menos econômicas para apresentar a sociedade sua forma de economia solidária. Para ele: na atualidade o projeto de Economia Solidária “[...] é a mais importante alternativa ao capitalismo neste momento histórico, por oferecer uma solução prática

e factível à exclusão social, que o capitalismo em sua nova fase liberal exacerba” (SINGER, 1998, p.10 APUD SANTOS, 2010, p. 59).

Para ele as configurações do avanço do capitalismo provocou em um primeiro momento a desvalorização dos salários, em seguida nas suas crises a erradicação dos postos de trabalho gerando o desemprego, assim Singer (2004) percebe que “o desenvolvimento capitalista sempre é desigual, mesmo em época de prosperidade social como a era keynesiana - fordista, pois esse modo de produção é excludente ontologicamente”, (SANTOS, 2010, p. 59) e como resposta a isso se apresenta a economia solidária por “em vez de lutar contra o assalariamento passa procurar uma alternativa emancipatória [...]”, (SINGER, 2002, p.109 APUD SANTOS, 2010, p. 59).

Por isso Singer percebe a necessidade da economia solidária para responder de forma eficiente e prática as crises e desigualdades do sistema capitalista, que recai no engodo do seu sistema de assalariamento e geração de pobreza para permanecer e se perpetuar como sistema vigente, chega a essa conclusão pelas suas análises da crítica de acumulação primitiva do capital apresentada em Marx. “Seu conceito de Economia Solidária parte da cooperação aplicada à economia e às relações interpessoais em detrimento do individualismo e competição imposto pelo capitalismo.” (ARAÚJO, 2013, p.15).

A resposta para essas avenças do sistema capitalista são encontradas na forma da economia solidária principalmente por sua diferença no processo de gestão, na forma da economia solidária ela é democrática e coletiva, portanto deve atender ao interesse de todos, ou pelo menos da maioria, enquanto na economia de mercado tradicional é feita pelo valor monetário, e assim tende a corresponder apenas aos interesses de quem já possui o maior número de dinheiro.

Singer ainda enxerga na organização de empreendimentos solidários uma possibilidade de superação do capitalismo, chegando com isso a uma sociedade pós-capitalista, a partir de um socialismo diferenciado que é criado no meio do sistema capitalista, primeiramente em áreas na qual ele não têm interesse e posteriormente como formas alternativas a ele, e entrando em competição com esse sistema até que possa supera-lo.

Nesse sentido a economia solidária se transforma em outro modo de produção, a partir do cerne do capitalismo e ainda, capaz da emancipação total do

homem superando o sistema capitalista na sua acumulação primitiva por devolver ao trabalhador o seu meio de produção como forma de sobrevivência.

Portanto no que Laville e Singer concordam e se apoiam mutuamente é que a economia solidária surge com o fim da sociedade de Bem-Estar, para responder às diferentes formas de exploração capitalista, “Gaiger (2012) destaca o enfoque que a economia solidária tem na América Latina como um objetivo de apresentar um novo modo de produção, alternativo à competição e exploração inerentes aos conceitos capitalistas. ” (APUD ARAÚJO, 2013, p.12) Porém Singer e Laville se distanciam no momento que Laville aponta como conceito central que a economia solidária é mais uma das formas da economia atual, enquanto Singer a partir das suas análises mais Marxista define a economia solidária como outra forma de produção que irá superar o modelo capitalista mesmo partindo desse sistema.

Conceitualmente extrai-se da entrevista uma inclinação mais à visão pedagógica de Paul Singer para a economia solidária a partir da política pública de governo, percebe-se que a justificativa do governo para implementar políticas públicas de economia solidária é para que essa se volte como forma de garantir sustento e renda aos mais necessitados e excluídos pelo sistema. Porém nada impede também que esses empreendimentos mobilizados pelo governo alcancem um nível de maturidade de negócio empresarial e possa competir em eficiência e geração de riquezas com as empresas já estabelecidas no setor de mercado como aponta Laville.

#### **4.1.3 As características da Economia Solidária.**

Existe uma velha e importante discussão sobre a base nas quais se edificam as sociedades sob o aspecto da competição ou da cooperação. De fato, os dois são ações humanas e ambas encontram espaços e maneiras de se estabelecerem nas relações pessoais. Porém a afirmativa de que se encontra na competição o elemento aglutinador que vai unir primordialmente a sociedade parece bastante desconexo, ou contraditório, mesmo sendo contraditório se encontra aí um paradoxo, pois de fato a competição se estabelece como premissa da sociedade capitalista moderna.

A sociedade atual está formatada para competir, explorar alienar os homens enquanto a premissa sobre a qual deveria ter sido construída seria a cooperação, a

substituição desses termos, ou seja, se incentivar a cooperação antes da competição já é razão suficiente para a utopia de uma sociedade diferente, com práticas alternativas que promovam a união e a proximidade antes da separação e da exploração do homem que observamos.

O egoísmo é entendido como sua essência atemporal na busca pela satisfação dos interesses particulares no mundo das necessidades, na exploração do trabalho, no lucro, na competição. É a assim chamada natureza humana egoísta que impede a perfeição da eticidade do Estado Moderno, não as contradições impetradas pela sociedade civil burguesa. Sendo livre, é responsabilidade do indivíduo a satisfação de suas necessidades. Enquanto, por um lado, o Estado é liberto das limitações à liberdade, podendo conduzir-se livremente na garantia e conservação das relações sociais burguesas, o indivíduo, tomado como mônada isolada, tem sua liberdade limitada. (DA MATA, 2011, pg. 11)

Esse egoísmo promove a exploração, e essa que chega até o limite da sua degradação, até ao inimaginável do seu semelhante, condenou-o à escravidão no passado, e na atualidade ao trabalho pesado, à fome, à miséria e a outras “desgraças”. Seguindo essa constituição comparativa entre a barbárie humana para alimentar sua ganância nesse mundo construído sobre as regras da competição.

A palavra “solidariedade” é derivada de uma expressão utilizada no meio do direito romano: “obligatio in solidum” (HÖFFE, 2003). Esta expressão primitivamente significava uma obrigação comunitária, ou seja, a responsabilidade que o indivíduo possui com relação ao coletivo à qual pertence e de se beneficiar com a sua manutenção. Condiz assim não apenas com a responsabilidade, mas também o sentimento de interdependência que envolveriam os indivíduos que convivem na mesma sociedade. (ARAÚJO, 2013, p.12)

Estabelecido os princípios de rivalidade que para alguns guiam a sociedade pode-se também estabelecer o ponto de oposição a esse sistema, a solidariedade que impulsiona o desejo de uma nova economia.

O conceito de Solidariedade apontado acima é importante, pois sem ele não se compreenderia a economia solidária. O aspecto da solidariedade que combate o individualismo presente no capitalismo já foi apontado por diversos autores, e ainda precisa ser ampliado para tomar parte em cada aspecto da vida cotidiana como um elemento de ampliar as possibilidades da vida humana, por meio de um sistema que não explora que não sobrepuja o seu semelhante em nome do lucro excessivo.

Outro ponto fundamental para que haja economia solidária é o centro de ação. Enquanto na sociedade capitalista temos os objetivos claros de competição e acúmulo de riqueza com favorecimentos individuais a economia solidária vai se apoiar nas relações humanas de cooperação e ajuda mútua, assim será mais valorizada a propriedade coletiva e o bem comum a todos. (ARAÚJO, 2013, p.12)

Assim no próprio nome da economia solidária já transparece a ideia da oposição do desenvolvimento unitário e egoísta, promovendo a coletividade: Essa

expressão, “economia solidária”, vem assim, num primeiro momento, indicar a associação de duas noções historicamente dissociadas, isto é, iniciativa e solidariedade. E, ainda, sugerir, com essas experiências, a inscrição da solidariedade no centro mesmo da elaboração coletiva de atividades econômicas. (FILHO, 2002, pg. 15)

Para Gaiger a economia solidária deve materializar alguns princípios e características na sua prática: “a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autossustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social” (GAIGER, 2000, p.31 apud MONTEIRO, 2009, p. 42).

A economia solidária possui outras características fundamental e importante que é a ideia de alguns princípios norteadores, de maneira que só poderá ser considerada economia solidária se estiver dentro desses quatro parâmetros: ênfase na cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e solidariedade, os quais passo a destacar na citação seguinte:

Ênfase na cooperação, para que seja economia solidária deve haver interação e ajuda mútua de um grupo de pessoas interessadas no desenvolvimento de uma mesma atividade. Para formalizar essa união haverá também a propriedade coletiva dos bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária.

A autogestão também faz parte com muita clareza dos conceitos de economia solidária, cada integrante do sistema de produção, cada associado/cooperado têm o mesmo poder de voto e decisão sobre o futuro do empreendimento e o sucesso ou fracasso desses está diretamente ligado ao envolvimento de todos com a gestão da atividade. Uma iniciativa deixa de ser uma atividade de economia solidária quando existe a figura de uma pessoa que controla ou quando a maioria se ausenta das responsabilidades de liderança do empreendimento.

Ainda para caracterizar a economia solidária, deve haver uma dimensão econômica, deve envolver aspectos financeiros sejam eles na distribuição igualitária dos lucros, aumento dos ganhos na efetivação das atividades, seja ele de produção, armazenamento, processamento ou qualquer outro serviço que agregue valor ou diminua os custos de produção. Pode representar também a facilidade nas conquistas de créditos e facilidade no mercado.

A solidariedade que é expressa em diferentes maneiras desde as relações interpessoais dos cooperados até o que pode ser uma rede de mercados solidários aonde não se cobra a mais do que o necessário

para aquela atividade de produção. A solidariedade também pode ser expressa em preocupações com os envolvidos na economia solidária, visando garantir melhorias nas suas condições de vida. (ARAÚJO, 2013, p.13, 14)

Como destacado para que seja economia solidária deve se fazer parte de alguns princípios e estar relacionado com o que já se está destacado e aceito dentro das características de empreendimentos solidários.

#### **4.1.4 A economia solidária no governo brasileiro a partir de Paul Singer.**

Singer é o grande nome da articulação entre economia solidária e políticas públicas do governo Brasileiro, seus escritos precede a sua luta para a prática de uma economia solidária numa de uma forma institucional, mas em 2002, quando o Lula chegou ao poder presidencial no Brasil, o professor Paul Singer assumiu a Secretaria Nacional de Economia solidária SENAES e levou a economia solidária à essa categoria institucional por parte do governo.

Como metodologia foi utilizada uma ampla pesquisa bibliográfica que se estendeu para além da parte teórica, revendo a partir do conceito as iniciativas práticas. Os levantamentos de dados do IPEA e a revisão geral de conteúdos trabalhado anteriormente constituem as bases das análises que se seguem, comprovando também por meio da prática um discurso que se fundamenta nos dados e relatos teóricos para o desenvolvimento dessas atividades.

No início da década de 1990 surgiram várias iniciativas de fomento a economia solidária, principalmente para salvar postos de empregos de empresas falidas e também iniciativas de organizar os trabalhadores que estavam no serviço informal e até mesmo excluídos das possibilidades de empregos e geração de renda, agravado pelas crises das vigentes das novas formas de constituição capitalista.

Além das iniciativas independentes surgiram algumas possibilidades de articulação dessas, e a partir de instituições formais como sindicatos, apoio religioso, incubadoras, universidades e grupos que buscavam o apoio governamental, e a partir dessa articulação surge o “Grupo de Trabalho em Economia Solidária (GT-Brasileiro) que na união buscavam formalizar os conceitos e as experiências em



economia solidária bem como buscar junto ao governo apoio e políticas públicas às iniciativas de economia solidária no Brasil. (ARAÚJO, 2013, p. 19).

O GT-Brasileiro foi o primeiro âmbito institucional da articulação da economia solidária e a partir dele surge outras instâncias que determinaram o sucesso da efetividade da economia solidária.

(...) internacional das várias práticas de Economia Solidária que vieram se integrando a partir dele, com repercussão diferenciada em várias regiões do Brasil. A Economia Solidária; com a organização de redes, complexos e fóruns; possibilitou assim a integração de inúmeras experiências bem-sucedidas, seu fortalecimento, qualificação, visibilidade e multiplicação. (MUNARIM, 2007, p. 19-20 apud ARAÚJO, 2013, p. 19)

Como outras instâncias dessa política nacional da economia solidária temos o “SIES Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária que coleta dados desde 2004 sobre as iniciativas de economia solidária por todo o Brasil.” (ARAÚJO, 2013, p. 19) e o “Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) a partir dessa iniciativa foi possível reunir informações e oferecer histórias de sucesso em economia solidária por todo o Brasil” (ARAÚJO, 2013, p. 19).

Essas são algumas instituições para a economia solidária a partir do Governo Federal, porém os governos locais e estaduais podem ser desenvolvidos segundo as inclinações e interesses de cada proposta governamental. Entre essas iniciativas uma rede de gestores de economia solidária num âmbito nacional.

Foi na segunda metade na década passada que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à economia solidária. Tais iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos como Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. Assim, a economia solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil. (SCHIOCHET, 2009, p. 56)

Apesar de todas as iniciativas de governo citada e outras também não citadas a economia solidária acontece de forma histórica principalmente pela mobilização social, e na esfera governamental ela chega e entra pela “porta dos fundos”, ou seja, não a partir de uma instância determinativa e direta de uma política de economia solidária, tendo, portanto que utilizar outros instrumentos para alcançarem seus objetivos: “Muitos empreendimentos econômicos solidários surgiram, por exemplo, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Local e Integrado e Sustentável (Dlis) e do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor).” (SCHIOCHET, 2009, p. 56).

A nível distrital a subsecretaria de economia solidária não possui essa maturidade, estabilidade e quantidades de informações quanto o órgão nacional,

mas cumpre bem o seu papel de promover a política pública de economia solidária a nível local proporcionando e impulsionando não apenas a discussão sobre o tema como também a construção de políticas públicas, projetos, empreendimentos e até uma lei distrital que promove a constituição da economia solidária como política pública no Distrito Federal.

As atividades locais estão pautadas na prática nacional da SENAES e segue agenda conjunta, participando da pauta e promovendo aqui também no Distrito Federal e seu entorno o que propõe a Secretária Nacional.

#### **4.1.5 Entrevista com o subsecretario da economia solidária do Distrito Federal.**

Ainda discutindo a importância da economia solidária a partir da política de governo relatamos a partir daqui dados extraídos de uma entrevista realizada no final do ano de 2014 com o subsecretário da economia solidária no Distrito Federal, o senhor Afonso Magalhães que é um entusiasta da economia solidária e promotor da prática mesmo antes de assumir a subsecretaria por meio da sua militância política partidária.

Essa subsecretaria foi criada como política de governo quando o Partido dos Trabalhadores assumiu o governo do Distrito Federal e passou a orientar sua prática governamental para atender as demandas das comunidades e movimentos sociais que contribuíram para a sua eleição. “O Governo do Distrito Federal criou em 2011 a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, que conta com uma Subsecretaria de Economia Solidária.” (MANZATTI, 2012)

Na verdade, a primeira pergunta da entrevista, que também está compilada no anexo, é relacionada a criação e as atribuições da subsecretaria e qual seria o seu papel. A criação foi no início da gestão 2010 – 2014 e também teve esse tempo de duração. Suas funções era promover e fomentar a prática da economia solidária por meio de assistência técnica, criação de eventos, busca de fundos financiadores e garantir a produção e venda a partir desse tipo de iniciativa.

A segunda pergunta: Quais são as realizações dessa secretária? Está alinhada com a política nacional (SENAES) e com as estratégias e experiência dos outros estados? As atividades são definidas principalmente pelas demandas locais, que atualmente têm como principais atividades a coleta de materiais recicláveis e

artesanato, busca-se também diversificar essa produção por meio do crédito, apoio técnico e organização de empreendimentos. A subsecretaria se alinha com a SENAES em eventos e ao participar das discussões da política pública, quanto a referência com outros estados do Distrito Federal vive um momento ímpar, há mais de dez anos não havia nenhum incentivo a essa área então o trabalho realizado pela secretaria parte do zero apesar de já ser um grande avanço ter uma área voltada especificamente para empreendimentos solidários.

Fazia parte do roteiro da pesquisa também a consulta sobre a lei distrital de apoio a economia solidária que foi aprovada em 2012 em grande parte pelo movimento estratégico da subsecretaria, a referida lei “ e a Lei de Apoio à Economia Popular e Solidária do DF (Lei 4.899). Dentre diversas medidas, fica instituída uma Política Distrital de Fomento, criação do Conselho Distrital de Economia Solidária e de um selo certificador para empreendimentos econômicos solidários.” (GREGOLIN, 2012). Com suas palavras Afonso Magalhães destacou que a lei trazia segurança jurídica ao entre outras coisas caracterizar e tipificar a economia solidária e certificar os empreendimentos e produtos de economia solidária, era importante também pela criação do conselho distrital de economia solidária e a possibilidade de um fundo distrital de fomento a economia solidária por meio de uma lei complementar posterior.

Quando solicitado sobre um panorama geral da economia solidária o Sr. Afonso Magalhães não foi muito específico com números, mas bastante entusiasmado com as atividades: estava nas vias de lançarem as moedas sociais no São Sebastião e Paranoá, e acreditava que esse seria um grande impulso para os empreendimentos de artesãos dessas duas localidades. Complemento a seguir com informações do site MANZATTI (2012) sobre os dados de empreendimentos da economia solidária no Distrito Federal e as políticas distritais desenvolvidas:

Principais características dos Empreendimentos de Economia Solidária no DF:

Em 2007 foram cadastrados 386 Empreendimentos de Economia Solidária (EES) no DF, com destaque para a Ceilândia, com 65 e Paranoá, com 64. A maioria dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) são grupos informais, representando 57,5%, 31,1% são associações, 8,5% são cooperativas, 2,9%, outros. A maioria dos EES são compostos por homens e mulheres (55,9%), 35% são formados apenas por mulheres e 9,1% apenas por homens. Mas, as mulheres predominam entre os participantes de EES 62,5%.

Políticas distritais

O Governo do Distrito Federal criou em 2011 a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária, que conta com uma Subsecretaria de Economia Solidária.

Até o momento, a Subsecretaria já realizou a elaboração, em parceria com o movimento social, do anteprojeto de lei criando o Sistema Distrital de Economia Solidária do DF e Entorno; realizou convênio de R\$ 2.000.000,00, junto ao Ministério do Trabalho, para a execução de um convênio chamado “Ações Integradas em Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Erradicação da Extrema Pobreza”, o principal projeto executado pela Sub ES, à luz do “DF Sem Miséria”; implantação do Centro Público de Economia Solidária – CPES – Espaço do Artesanato – dois boxes da Torre de TV, disponibilizando espaço para a comercialização de produtos dos EES do ramo do artesanato; participou no Comitê Intersetorial de Resíduos Sólidos (CIRS), com foco na preservação do espaço de trabalho e geração de renda dos catadores, na transição para a nova política de resíduos sólidos; iniciou a construção de ações de apoio aos empreendimentos de economia solidária dos portadores de deficiência, a partir do I Salão da Acessibilidade, Negócios e Inclusão Social (e apoio à organização do II Salão da Acessibilidade); construção, em parceria com a UnB e o IBICT, de proposta do Observatório de Oportunidade de Negócios e Inclusão Produtiva.

A última pergunta da entrevista era exatamente sobre a avaliação ampla e comparação das atuações da subsecretaria. Ele avaliou como positiva, principalmente pelos benefícios sociais que ela proporcionou, para ele os números, os dados e a lei, já apresentavam um bom resultado de se ter uma secretaria de desenvolvimento para a área, porém o benefício social já representava um ganho bem maior e a sua real aprovação vinha desse aspecto.

Na entrevista realizada na secretaria local de Distrito Federal foi seguido um roteiro semiestruturado e gravado um áudio da conversa aonde constata-se que faz muito bem os governos locais manter políticas públicas para o desenvolvimento da economia solidária em seus aspectos locais.

Antes da subsecretaria desenvolver suas atividades no Distrito Federal pouco se falava na construção da economia solidária e o governo local não possuía nenhum plano para formalizar essa estratégia de desenvolvimento. Como a economia solidária sempre acontece por iniciativa popular, e não somente a partir de estratégias do governo em Brasília já havia movimentos que buscavam se formalizar como economia solidária, principalmente iniciativas de artesãos que buscavam realizar suas atividades de forma coletiva institucionalizada.

Como atividade dessa secretária foi mapeada as iniciativas que ocorriam e que poderá ocorrer utilizando as estratégias da economia solidária constatando na época quase quinhentas famílias participantes das atividades. Também trazendo apoio as iniciativas que precisavam ser formalizadas. Buscou-se através da

subsecretaria capacitação técnica e financiamento para os empreendimentos locais, chegando a constituir bancos populares e moedas locais.

Como principal marca dessa subsecretaria foi a conquista da aprovação da lei Distrital de Economia Solidária, o Centro Público de Economia Solidária, um marco institucional permanente de apoio as instituições de economia solidária.

Essa experiência local comprova, e corrobora para demonstrar o quanto é importante à economia solidária ser desenvolvida por meio de políticas públicas que desenvolva e promova essa iniciativa por meio do governo.

## **4.2 Políticas públicas e a economia solidária.**

### **4.2.1 Economia solidária como instrumento de política pública.**

O governo deve dar mais atenção às políticas públicas de economia solidária, pois essa se configura tanto teórico quanto na sua prática um instrumento de transformação social acima de tudo. Alguns pontos desse argumento devem ser destacados como a erradicação da pobreza, a geração de trabalho, o desenvolvimento de sentimento coletivo, a capacitação e desenvolvimento social e movimentação da economia a nível local e mundial.

No combate ao desemprego a economia solidária é abordada tanto em caráter conceitual quanto prático, no seu aspecto empírico sempre é destacado que esse sistema de produção surge como alternativa as crises do sistema capitalista que por gerar recessão na produção e no consumo acaba gerando também altas taxas de desemprego. A economia solidária combate esse desemprego, pode promover também a associação de trabalhadores para gestão de uma fábrica que iria fechar, garantindo assim o emprego desses trabalhadores autogestionários. Quando trabalhadores da agricultura de subsistência se unem, e formam uma rede de produção aumentam os seus ganhos e exploram novas possibilidades para o desenvolvimento dos que desse sistema alternativo participam.

Para Ortiz Roca (2001), a economia solidária inclui formas de organização em que as próprias pessoas envolvidas se encarregam de criar sua própria fonte de trabalho, com vistas ao acesso a bens e serviços de qualidade, numa dinâmica de solidariedade e reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos. Também Singer (1999b), identifica a economia

solidária com a diversidade de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, especialmente, segundo ele, tendo a cooperativa como modelo clássico. (Apud MONTERO, 2009, p. 42)

A economia solidária também pode dar dignidade por meio da produção associada à classe mais pobre, redes de catadores de materiais recicláveis nos últimos anos têm recebido destaque e incentivo para sua organização de forma mais prática por vários estados do Brasil. Singer é um defensor desse aspecto como destaca Munarim 2007 p. 29:

O desenvolvimento de programas emancipatórios pelo governo federal, em parceria com governos estaduais e municipais, agências de fomento da sociedade civil e movimentos sociais, deve resultar numa ampliação significativa dos processos de desenvolvimento comunitário, que constituem a melhor maneira de efetivamente combater a pobreza e evitar a criação de novas desigualdades sociais e econômicas. (ARAÚJO, 2013, p. 19)

Nesse aspecto a economia solidária vence não somente a pobreza e o desemprego como na sua instituição emancipa o homem, sua forma autogestionária e democrática impõe a participação de todos na gestão do empreendimento. Para exercer essa participação os participantes precisam dedicar-se ao aprendizado de aspectos da gestão social e financeira, deve aprender os conceitos e as formas democráticas da sua atuação.

Por meio do IPEA se realizou um levantamento das iniciativas de economia solidária esses dados trazem números importantes e demonstram os objetivos inclusive de mapear e formular melhor as políticas nacionais da economia solidária:

Tendo abordado 21.859 empreendimentos em 2.934 municípios brasileiros. O objetivo dessas informações é montar um Sistema nacional de Informações em Economia Solidária (Sies), com a finalidade de disponibilizar um arsenal bastante significativo e atualizado sobre as dimensões que caracterizam esses empreendimentos, inclusive para fins de desenhos de programas e políticas públicas de apoio nos diversos entes federativos do país que já contam com estruturas de fomento à economia solidária. (CARNEIRO E SILVA, 2014)

Ainda pode-se verificar as iniciativas por regiões e aplicações, aonde a maioria se encontra no Nordeste, cerca de quarenta por cento. E ainda: “Em termos de localização dos EES nos municípios, mais da metade se encontra em áreas rurais, 54,8%, contra 34,8% de EES urbanos e 10,4% que se identificaram tanto rurais quanto urbanos.” (CARNEIRO E SILVA, 2014).

Ao todo, estão envolvidos nesses EES 1.423.631 pessoas associadas, sendo a maioria do sexo masculino: 803.373 (56,4% do total), contra 620.258 do sexo feminino (43,6%). Em média são 73 associados (as) por EES, mas a maioria dos EES são compostos por menos de 20 sócios (as), 41,7%, e outros 32,6% possuem entre 21 e 50 sócios (as). (CARNEIRO E SILVA, 2014).

Nesses dados constata-se que apesar parecer grande o numero de participantes diante das suas possibilidades esse se torna uma quantidade incipiente, inclusive pela sua capacidade de desenvolvimento da sociedade.

Os dados nacionais corroboram com o entusiasmo que a economia solidária é desenvolvida no Distrito Federal de forma que mesmo aparentemente pobre em dados, mas muito rica em ações, ao se promover atividades, encubação, constituição de bancos solidários e projetos que visam a emancipação social se constitui uma nova diretriz para além da política pública assistencialista.

#### **4.2.2 Conceituação de política pública para a economia solidária.**

Elaborar políticas públicas para a economia solidária representa atividades bem definidas e classificadas a partir do próprio conceito de política pública: clássico perpetrado por Thomas Dye: "... política pública é tudo que os governos escolhem fazer ou não fazer". (DYE, 1995, p.3 apud MONTEIRO, 2009, p. 62) porem Monteiro ainda complementa a afirmação acima com recortes para o que o governo deseja ou não fazer, para quem ou aonde e ainda em qual época vai realizar essa política pública: "Sob outra visão, política pública pode denotar várias coisas: campo de atividade governamental, um propósito geral, uma situação social desejada, proposta de atividade específica, (2009, p. 62).

Por ser política de desenvolvimento e voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Portanto, é necessário que esteja presente no cotidiano das ações de planejamento, execução e avaliação dessas diferentes áreas. (PRAXEDES, 2009, P. 57)

Por isso Leroy 2002 complementa com o vinculo de uma decisão governamental em detrimento de outros no momento que algo é feito para um grupo, outro grupo que pleiteava o objeto oposto deixará de ser atendido. "A decisão por determinadas políticas públicas e sua efetivação supõem, dessa forma, a existência de acordos entre as forças sociais, e implicam no sacrifício de algum interesse particular e no comprometimento e engajamento nas políticas pactuadas". (MONTEIRO, 2009, p. 62)

Nessa disputa de interesses o perfil sempre atendido é o dos capitalistas mais importantes, portanto se a economia solidária visa romper com os laços de exploração do capitalismo ela será colocada a margem das políticas públicas de governo, pois esses têm vínculos e interesses em comum muito claros com os grandes sistemas econômicos.

Para Schwengber (2004b), as políticas públicas no Brasil têm favorecido o sistema privado capitalista e, quando distribui recursos efetivamente aos mais pobres, o faz sem uma correspondente estruturação sustentável de uma nova ordem social. Além disso, como bem enfatiza Pedro Demo (2003), essas políticas têm de privilegiar os discriminados com políticas redistributivas ostensivas e sistemáticas. A perda de espaço do público para o privado redundou em políticas fragmentadas e frágeis, de caráter assistencialista e compensatório. (MONTEIRO, 2009, 65)

Pelo seu interesse em atender o sistema privado capitalista a grande maioria pobre brasileira teve seus interesses atendidos com políticas públicas mitigatórias, paliativas e que não atingem o cerne da questão ou resolvem o problema da emancipação econômica social. Essas políticas são importantes, fundamentais e de grande valia para aqueles que não têm nada, mas o seu aspecto de permanência torna ela redundante e leva à uma espiral ou à uma assistência cíclica, onde um processo de rompimento com a assistência não está prevista na política pública.

O sistema capitalista exerce fortes influências sobre os governos e suas políticas públicas, transformando-as em pontos de convergência ao seu interesse enquanto essas fazem sombras e oferece suas sobras para aqueles que não têm nada além do que é oferecido e que também não vai conseguir nada por não oferecer um sistema de transformação dessa realidade. Por isso destaca Monteiro (2009, p. 66): “Os caminhos das políticas públicas, nesse contexto, em geral obedeceram à nova realidade ditada pelas forças hegemônicas.” Na ordem de exploração do capitalismo ter pobres interessas para garantir grupos de exploração. Um capitalismo de igualdade é impossível e por isso a economia solidária rompe com esse ciclo de exploração por buscar e promover essa solidariedade como um dos seus aspectos primordiais. O capitalismo promove de alguma maneira a fraternidade para não ficar em débito e acalmar os ânimos daqueles que explora.

Dessa forma, a distribuição da riqueza não se torna uma prioridade. Santos (2005) acredita que é inerente ao capitalismo a ideia de crescimento econômico sem limites, o que faz com que a acumulação necessariamente se sobreponha à distribuição. Sendo assim, far-se-ia necessária a modificação dessa tendência, de modo que os objetivos econômicos fossem submetidos aos interesses sociais da maioria. Conforme Dowbor (1996), as demandas sociais não podem permanecer a reboque do processo econômico; ao contrário, tornam-se essenciais em um equilíbrio assentado



em novas bases de definição das prioridades da sociedade. (MONTEIRO, 2009, 67)

Assim, ao se apresentar contrário ao sistema de exploração do capitalismo a economia solidária se mostra uma eficiente ferramenta de governo que se transformada em política pública pode anular os processos de exploração e levar, promover o desenvolvimento local como é desejável. Se fosse dado o direito da maioria escolher quais são as suas prioridades a exploração dos seus semelhantes não seria uma opção, isso acontece no sistema capitalista porque quem escolhe as prioridades é uma minoria detentora do poder ou do dinheiro, na verdade, destacando a redundância promovida pelo sistema em questão a submissão do poder do estado ao poder econômico capitalista.

A partir de uma estratégia de política pública interessada em promover a igualdade o ponto de partida seria o desenvolvimento local:

As possibilidades de transformação econômica e social seja através da geração de trabalho e renda, seja criando canais de participação popular ou reforçando laços comunitários, configuram-se como um esforço de mobilização de pessoas, entidades e recursos locais, numa dinâmica alimentada por raízes e peculiaridades de um determinado território.

Esta concepção geral pode convergir para a economia solidária e seus empreendimentos, conforme as políticas públicas reflitam o seu ideário e os princípios que a norteiam. (MONTEIRO, 2009, p. 68)

Essa concepção holística, completa das atividades do homem por meio do que a economia solidária pode promover acaba emancipando o homem nas suas atividades comuns, enquanto trabalha ele aprende e se desenvolve. Ao não ser mais explorado ele pode se constituir, se colocar em uma nova posição monetariamente e vai desenvolver não apenas a si mesmo como a natureza e a sua comunidade local. “Neste sentido, a economia solidária preconiza outro tipo de política, segundo uma concepção sustentável-solidária (FRANÇA FILHO, 2006d), em oposição à concepção insercional-competitiva. (MONTEIRO, 2009, p.71).

Mais do que simplesmente uma política de geração de trabalho e renda para parcelas marginalizadas da sociedade, trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento centrado em contextos territoriais específicos. (...)

Trata-se de pensar a construção de iniciativas econômicas articuladas em círculos socioprodutivos locais e ainda integradas a outras formas de iniciativas locais, visando ao fortalecimento (além do econômico) das dimensões social, política, cultural e ambiental num determinado contexto espacial. (FRANÇA FILHO, 2006d, p. 262 apud (MONTEIRO, 2009, p.71).

Entendendo a limitação teórica e prática da economia solidária, que se dá principalmente pela sua fase embrionária, aqui no Brasil Pochmann destaca e detalha as cinco lacunas da economia solidária no Brasil, as quais são indicadas a seguir:

1. Enfrentar a lacuna decorrente do vazio legal, uma vez que as suas leis não estão amplamente estabelecidas, ou seja, falta um aparato jurídico legal que cubra todas as atividades da economia solidária. E nesse aspecto ele é apoiado por Praxedes (2009, p. 58) “Ainda no nível federal fica o desafio da aprovação de uma lei geral para a economia solidária, não tendo também se conseguido avançar na constituição de um fundo de fomento que dê apoio a essas iniciativas. ”.

2. Um padrão de financiamento apropriado ao desenvolvimento da economia solidária: uma vez que esta não participa do mesmo sistema econômico exploratório deve ter aportes com regras e princípios adequados às suas atividades. Praxedes (2009, p. 58) também levanta essa questão: “Um tema central para a construção de políticas é o acesso a fundos públicos que financiem a política. ”.

3. A dificuldade de se estabelecer uma rede de produção, ampla e bem articulada, capaz de preencher todas as lacunas e cobrir todo o território. Para Praxedes (2009, p. 59) os centros públicos de economia solidária resolveriam essa questão “Como parte da estratégia nacional temos ainda a implementação dos centros Públicos de Economia Solidária, realizada pela Senaes em parceria com municípios e governos estaduais. ”

4. Relaciona-se à incorporação da economia solidária no âmbito das políticas públicas para a indústria e o comércio exterior, sob condições específicas incentivar o consumo e exportação que privilegie esse ramo de atividade.

5. Compras do setor público e da promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias. Pois o governo pode ser visto como um grande consumidor da economia solidária se nos seus processos licitatórios incluir essa modalidade de negócio, para si e para sua rede.

Pochman além dos cinco aspectos destacado ainda destaca a importância de economia solidária ser tratada como uma política de governo: “Mesmo no âmbito da atual fase inicial da economia solidária, cabe chamar a atenção para seus limites enquanto não houver a concretização de um conjunto amplo de políticas públicas. ” (2009, p.31) e Praxedes ainda destaca ações integradas mesmo que a partir de setores e atividades particulares para que não haja nem abandono das práticas singulares e nem sobreposição das relações plurais;

Na construção e implementação de uma política pública de qualquer natureza, e em particular de economia solidária, deve-se buscar uma ação integrada, complementar e descentralizada (de recursos e ações) entre os entes da federação, evitando sobreposição de iniciativas e fragmentação de recursos, cumprindo o papel de identificar, elaborar e fomentar políticas

públicas de desenvolvimento de economia solidária, considerando a intersectorialidade e articulação das instâncias de governo e primando pela participação e o controle social. (2009, p. 59)

Outro aspecto de grande dificuldade que encontramos é a apresentação do apoio à economia solidária apenas como política de governo e não como política de estado, onde a diferença é que sendo uma política de estado essas estratégias de desenvolvimento não ficariam sujeitas as trocas de governo ou aos interesses políticos.

No entanto, tais avanços políticos e institucionais ainda não alteraram uma das principais características das políticas de economia solidária: “são políticas de governo”, isto é, sua existência depende dos partidos, coalizões ou grupos políticos que assumem a direção do Poder Executivo. Por isso, a economia solidária ainda não foi incorporada na agenda dos direitos (da cidadania) e dos deveres (públicos). Esta é a questão da institucionalização das políticas públicas de economia solidária. Como incorporar a economia solidária na agenda do Estado brasileiro? (SCHIOCHET, 2009, p. 57)

O próprio Schiochet aponta as respostas para essa questão, a política de economia solidária passará a ser uma estratégia de governo quando este entender que na economia solidária têm-se uma caracterização de políticas sociais permanentes e emancipatórias e por causa de isso promover sua inserção no campo dos direitos sociais para o cidadão, ou seja, transformar a promoção da economia em uma obrigação do Estado Brasileiro.

O caminho percorrido até aqui já concretiza e demonstra o avanço na construção de políticas públicas que possam contribuir para idealizarmos o modelo de desenvolvimento que desejamos. Modelo este que respeita e considera a centralidade do ser humano, a sustentabilidade ambiental, a justiça social, a cidadania e valoriza as diversidades culturais articuladas às atividades econômicas. Ou seja, o micro deve interagir com o macro, a organização social deve criar condições políticas democráticas para interagir com o Estado, institucionalizar direitos e conquistas, e programar políticas públicas universalizadas e perenes. (PRAXEDES, 2009, p. 62)

As atividades já realizadas no fomento da economia solidária não são poucas, mas diante das suas potencialidades ainda há muito que fazer o estado Brasileiro não precisa abrir mão das suas estratégias de combate a pobreza e ao desemprego, porém deve se apropriar com mais força desse instrumento fundamental não apenas de combate a essas mazelas, mas de erradicá-las.

A partir da subsecretaria se aprova a lei que garante à economia solidária no Distrito Federal a capilaridade de uma política pública de Estado e não de governo, por mais que em alguns tipos de governo ela possa ser mais bem utilizada como ferramenta de avanços sociais do que em outros. Nenhum governo poderá se negar a fazer o que está previsto em lei e por isso a atuação da subsecretaria foi tão importante ao deixar uma lei específica para essa área de atuação aprovada.

### 4.2.3 Economia solidária como política pública no Brasil.

O Brasil tem poucas iniciativas a partir do âmbito governamental para promover a economia solidária, Pochmann destaca alguns desses instrumentos:

(...) ações de governos — nas mais distintas esferas federativas — têm resultado em medidas instrumentais à economia solidária, ainda que no bojo de políticas geralmente compensatórias e incapazes de oferecer alternativas ocupacionais diante da crise do desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse sentido, difundem-se experiências públicas de “banco do povo”, de financiamento à incubação de cooperativas e de empreendimentos populares e tecnológicos, de redes de comercialização e autogestão, entre outras. (2004, 29)

Verifica-se que o país falha por não se apoderar do instrumento de transformação social que é a economia solidária, essa falha se dá por falta de políticas públicas de estado que se sobreponha aos interesses particulares dos governantes e supere as diversas dificuldades que aparecem diante da economia solidária, como a falta de uma base legal sólida, falta de aporte financeiro, falta de instrumentos para divulgar e informar essa forma de produção, não há ainda uma rede que identifica os ambientes adequados para a aplicação da economia solidária e nem o governo têm um canal de compra e outras formas de apoio por meio de contratação.

Do ponto de vista das políticas públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais. (SCHIOCHET, 2009, 57)

A constituição do governo neoliberal também se estabelece como um contraponto à efetivação da economia solidária como política de governo. O outro aspecto é que mesmo diante das pressões do capitalismo neoliberal a economia solidária se sobrepõe as ajudas assistencialista que esse oferece e se transforma em um instrumento emancipatório de transformação social.

O fomento à economia popular solidária é uma política de desenvolvimento, portanto, não deve ser relegada às políticas de corte assistencial ou compensatório, antes pode ser alavanca emancipatória também para beneficiários destas. Por ser política de desenvolvimento e por voltar-se para um público-alvo que historicamente tem ficado excluído ou que vem progressivamente ampliando os graus de pobreza e exclusão social, esta política demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico,

saúde e tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e sustentabilidade. (SCHWENGBER, 2004, pg. 2)

Schwengber percebe a falta de aporte do governo brasileiro à economia solidária e destaca que essa não deve ficar em um segundo plano, não deve ser um coadjuvante das políticas públicas apenas de assistencialismo e sim um caminho para a construção de uma sociedade emancipada e sustentável economicamente sem exploração ou lucro excessivo de apenas alguns.

Como já se destacou por meio de ações governamentais a economia solidária que se desenvolveu nos últimos anos, está aquém de estimular e esmiuçar o potencial desse poderoso instrumento de transformação. O pouco que se fez no governo do Brasil só se deu por meio de atividades singulares, e principalmente por pressão e articulação da sociedade civil, estando à margem do que o governo pode propor e desenvolver.

Pericles Monteiro, pg. 53 (2009) destaca que a falta de interesse do estado de determinar a economia solidária como uma política pública pode estar ligada a pressões de domínios ideológicos e práticos ligados nas ações de governo, assim para não se comprometer politicamente é feito o mínimo possível num estado de letargia constante, elaborando e aplicando ações sempre abaixo da média do potencial que pode ser desenvolvido, mas nunca deixando de se fazer para que as pressões sociais não aumente a níveis drásticos:

Determinada visão sobre a economia solidária terá sobre a implementação de políticas voltadas ao seu apoio e fomento. Como se sabe, as políticas públicas, em sua concepção e colocação em prática, sujeitam-se a fatores e influências que se apresentam na forma de domínio ideológico do Estado e, por conseguinte, determinantes das escolhas e práticas. Dessa forma, a opção por uma política pública de economia solidária, se não retórica e meramente formalística, implica menos numa declaração de comprometimento com o elenco ideal de seus princípios, do que num compromisso com as próprias transformações sócias (o combate à pobreza e à exclusão social, a superação dos problemas de oferta de trabalho com renda, a criação de um novo modo de viver, etc.). (MONTEIRO, 2009, pg. 53)

Então o pouco que tem sido feito não está relacionado aos interesses de promover com seriedade uma política pública estatal de economia solidária e sim de demonstrar um compromisso mínimo com um grupo específico que luta e se esforça para manter uma atuação constante do governo e da sociedade civil na prática da economia solidária. Assim a política pública implementada pelo governo é mais uma conceituação teórica dos estudiosos do tema do que uma prática governamental como destaca França Filho, 2007:

Dentro desse campo, como bem identificou França Filho (2007, p.157), aparece a análise da economia solidária enquanto política pública como a mais recente abordagem sobre o tema. As diversas experiências de governos que optam por políticas de apoio e fomento à economia solidária têm feito emergir discussões que vão desde suas características e meios até os resultados de tais experiências. (MONTEIRO, 2009, pg. 43)

Então é necessário descobrir quais as instâncias dão suporte, ainda que dessa forma sombreada, disfarçada, aquém de uma política pública de fato pode sustentar com um suporte material, institucional, político e técnico ao seu desenvolvimento e sustentação da prática de economia solidária.

França Filho (2006a), ao reconhecer o papel das instituições típicas de economia solidária na expressão de suas bases, como o cooperativismo, as finanças e o consumo solidários e o comércio justo, identifica a presença estatal como uma dessas instâncias organizativas, integrando o grupo mais recente, ao lado dos EES (primeiro grupo – que corresponde ao núcleo material das atividades), das entidades de apoio e fomento – EAF e dos fóruns e redes de economia solidária (instâncias de auto-organização política). (MONTERO, 2009, p. 44)

Portanto ainda defende França Filho a importância de se levantar novas institucionais idades como marcos regulatórios para uma prática significativa das atividades:

Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, ressignificando o sentido das práticas econômicas que vão se operar em relação estreita com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios. O econômico passa a fazer sentido apenas em relação a outras esferas da vida local, assim como, enquanto modo de articulação associativa entre produtores e consumidores locais a fim de evitar processos de exclusão. (FRANÇA FILHO, 2006d, p. 266 apud MONTEIRO, 2009, p.49).

Portanto a economia solidária como uma política pública se torna uma protagonista permanentemente a partir de atividades pensadas para proporcionar o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas dentro da perspectiva solidária:

O traço distintivo e nuclearmente característico da economia solidária ganha especial relevância quando ela se torna objeto de políticas públicas, pois implica na consideração, pelos formuladores e implementadores, de elementos que vão além da visão de incremento material de riqueza para aqueles a quem se destinam tais políticas. (MONTEIRO, 2009, p.58)

A solidariedade motivada pelo governo como forma de política pública pode provocar a emancipação social e política nos mais diversos âmbitos e espaços e a partir dessas atividades pensadas podem promover ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico.

No Distrito Federal a política pública de economia solidária é um exemplo de emancipação social ao transformar realidades muito pobres e carentes com aspectos sociais de dependência e exploração como nas cidades satélites de Itapoã e Estrutural aonde esses ciclos de pobreza vêm sendo quebrado e a emancipação

social por meio de empreendimentos coletivos autogestionários se fortalecem tanto ao ponto de se estabelecer uma moeda e bancos populares para o financiamento e desenvolvimento desse tipo de atividade. Para que esses empreendimentos chegassem a esse nível de maturidade destaca o entrevistado, subsecretário Afonso Magalhães, foi preciso uma intensa mobilização social em torno do interesse comum por empreendimentos coletivos e uma ampla participação do poder público como promotora das políticas públicas e outras formas de atividade para o desenvolvimento social desses empreendimentos.

#### **4.2.4 A prática da economia solidária a partir do governo.**

A economia solidária está presente na política de governo de diferentes maneiras em diferentes épocas, às vezes com um papel central e bem definido, se desenvolvendo sobre toda a população a partir de incentivos do governo, as vezes é apresentada na escola como forma de se estabelecer o conhecimento e a emancipação social.

Em outros momentos surgem como possibilidade de se combater o desemprego e a pobreza, ainda pode se apresentar como forma de se desenvolver comunidades isoladas, dá aportes a agricultura ou promover igualdade de renda e crédito.

De fato, as mais diversas formas e expressões, da economia solidária têm o seu início na Europa da primeira metade do século XIX, após a revolução industrial. E mesmo que de início ela apareça como a apresentação mutualista dos próprios empregados motivados por alguns teóricos socialistas dispostos a experimentar suas teses, após algum tempo os diferentes governos com suas diferentes inclinações passaram a ver novas possibilidades a partir da economia solidária.

Sobre esse aspecto, parece sempre oportuno lembrar o fato de que foram exatamente as experiências associativistas da primeira metade do século XIX, na Europa – em particular, as chamadas sociedades de socorro mútuo – que primeiro conceberam a ideia de uma proteção social. Ou seja, o embrião, em termos de ideia, da concepção moderna de solidariedade via a função redistributiva do Estado, conforme exprime o sistema previdenciário estatal, encontra-se exatamente em algumas práticas de economia social iniciadas na primeira metade do século XIX na Europa, que foram, entretanto, mais tarde, apropriadas pelo Estado. (FILHO, 2002, pg. 11)

Mesmo que a economia solidária tenha surgido por força e interesse dos trabalhadores, o governo percebe que está é uma ótima ferramenta de desenvolvimento social e coletivo.

O trabalho é uma das dimensões da economia solidária que mais despertou o interesse do governo em se utilizar dessa ferramenta para promover a atividade de trabalho para toda a sua população:

As ações empreendidas nessa dinâmica associativista ganharam progressivamente o reconhecimento dos poderes públicos, o que resultou na elaboração de quadros jurídicos que tanto conferiram existência legal às iniciativas como contribuíram para separar o que o movimento associacionista original queria reunir (LAVILLE, 2000 APUD Filho, 2002, pg. 12).

Outra forma ainda do governo promover a economia solidária é quando delega a essa forma de produção parcela da economia de mercado, isso pode se dar de diferentes maneiras, como ele próprio sendo o consumidor e dando prioridade nas suas licitações a empresas coletivas, ou promovendo treinamento e capacitação para que esse tipo de empresa ocupe espaços da economia mesmo sendo ela tradicional. As cooperativas ocupam fatias de mercado cada vez mais significativas: “As cooperativas inserem-se assim amplamente na economia mercantil, ocupando principalmente aqueles setores de atividade nos quais a intensidade capitalística permanecia fraca” (LAVILLE, 2000:532 APUD Filho, 2002, pg. 12). Assim também destaca Leão:

Uma alternativa que vem ganhando destaque devido à ação teórica e prática de setores ligados a partidos, sindicatos e movimentos sociais é a ideia da constituição da economia solidária como uma solução não capitalista ao desemprego. Trata-se não apenas de incentivar os trabalhadores a iniciar seu próprio empreendimento como tem sido comum em algumas propostas de políticas públicas de trabalho. Consiste na criação de um novo modo de produção, alternativo ao capitalismo, no qual o paradigma da competição seria substituído pela solidariedade. (LEÃO, 2003, p. 12).

Nesse contexto a economia solidária se apresenta como um elemento de constituição para diferentes atividades. Como destaca Genauto Carvalho, 2002 pg. 14, “Portanto, o motor da geração de atividades econômicas ou da criação de oferta não é a lógica de rentabilidade do capital investido na ação, mas o desejo de atendimento das reais necessidades/demandas expressadas pelos grupos locais.

No Distrito Federal, o destaque dado pelo subsecretário de economia solidária foi para a venda coletiva do que é produzido em empreendimentos coletivos, a partir de feiras específicas e também da facilidade de acesso a pontos permanente de vendas aonde o artesanato coletivo (principal produto



comercializado) e exposto e divulgado permanentemente. Também se conseguiu como política pública a ampla discussão do tema pela sociedade em feiras e plenárias populares que culminou com a aprovação da lei da economia solidária do Distrito Federal.

### **4.3 A emancipação por meio da economia solidária.**

#### **4.3.1 Sistema capitalista e a economia solidária.**

O sistema dominante aceito mundialmente é o capitalismo, e a discussão atual não é mais como acabar com ele, e sim como torná-lo viável, como promover um sistema que possa ser aceito por todos e represente uma ruptura com a exploração do trabalho humano, e em consequência disso do próprio homem.

No campo da macroeconomia, o que orienta as políticas econômicas dos governos são ondas de diferentes formas de atuação a princípio um período que vai de 1945 até 1970 é conhecido como estado do bem-estar social. Como o nome dado ao período indica o crescimento não era medido apenas pela quantidade de dinheiro acumulado, mas principalmente em como esses valores podem melhorar a vida, garantir direitos aos trabalhadores que são desenvolvidos pelas regras do próprio sistema.

Nesse período, que inclusive ficou conhecido como era de ouro do capitalismo, os trabalhadores conquistaram direitos da seguridade social, redução nas jornadas de trabalho, um sistema de previdência e ainda ações para promoção obrigatória da cultura, educação; e ainda havia a política do pleno emprego somada as garantias de necessidades básicas.

Porém, o período que se seguiu, que ficou conhecido como neoliberalismo não prosseguiu na mesma linha, houve um processo de reestruturação produtiva do capitalismo sobrepondo-se aos direitos e conquistas dos trabalhadores como se destaca:

Substituiu-se o fordismo-keynesianismo base para a regulação econômica dos Estados de Bem-Estar por um modelo de acumulação flexível base econômica para o neoliberalismo. Esse processo resultou no aumento das taxas de desemprego da força de trabalho e no aumento da exclusão social

na maioria dos países desenvolvidos, com sérias implicações para os países da periferia (POCHMANN, 1998, pg. 23).

Assim fica estabelecido que as políticas de bem-estar social foram suprimidas na sua garantia de direitos ao trabalhador pelo avanço das iniciativas de acumulação de capital promovida pelo interesse neoliberal e garantida pelo governo nas suas diferentes formas sequentes.

Pode-se fazer também uma análise na direção inversa do que foi proposto até agora. O modelo capitalista estabelece como padrão de ser humano o homem que produz, e aquele que produz a qualquer custo, não se importa se vai destruir, se vai explorar, se vai matar a vida a curto ou em longo prazo, pois nada disso é visto como custo e sim como investimento. Em nome do que se poderá ganhar monetariamente, todas as mazelas estão justificadas, o modelo que se estabelece é o da exploração, da degradação social, da natureza e do homem, pelo próprio homem.

Se apenas isso é apresentado ao ser humano obviamente ele pode aprender apenas esse modelo. E o único modelo que é apresentado se torna o natural não se questiona aquilo que é natural, não se contrapõe ao que é comum e ao que já está estabelecido com esse ar de superioridade.

Naturalizadas as relações sociais, a sociedade civil burguesa passa a ser apresentada como sendo a única sociedade possível e o Estado Moderno sua expressão máxima. O homem verdadeiro torna-se o homem burguês, membro da sociedade civil. (MATA, 2011, pg.11)

Uma vez que o homem verdadeiro e natural da nova ordem capitalista é o homem burguês, ele fará apenas aquilo que aprendeu a fazer, seguindo seus instintos esse homem irá explorar competir e tentar ganhar sobre tudo e sobre todos, é isso e apenas isso que está estabelecido para ele, essa é a sua função, sua obrigação sua maneira de seguir e se comportar.

Diante disso o sentimento e comportamento mais explorado e mais elevado é o sentimento de egoísmo, que é contrário à colaboração, nesse modelo de ser humano apenas quem tem lugar é aquele que compete, por um ganho individual, por seu próprio lucro. Toda a possibilidade de cooperação desse homem foi excluída, pois na cooperação há também a divisão, o compartilhar dos ganhos e a única operação para com o seu semelhante que o homem capitalista burguês pode fazer é a subtração.

O capitalismo avançou tanto chegando aos seus níveis de exploração internacional, pois foi construído sobre uma base muito sólida de exploração, e ergueu um muro de isolamento bem alto a todas as formas possíveis de solidariedade. Nessa sociedade capitalista não há nenhum espaço para a colaboração, para a ajuda mútua e para a contribuição e construção coletiva. Para comprovação disso destaca Vilson Aparecido da Mata a partir das análises dos textos de Karl Marx:

O egoísmo é entendido como sua essência atemporal na busca pela satisfação dos interesses particulares no mundo das necessidades, na exploração do trabalho, no lucro, na competição. É a assim chamada natureza humana egoísta que impede a perfeição da eticidade do Estado Moderno, não as contradições impetradas pela sociedade civil burguesa. Sendo livre, é responsabilidade do indivíduo a satisfação de suas necessidades. Enquanto, por um lado, o Estado é liberto das limitações à liberdade, podendo conduzir-se livremente na garantia e conservação das relações sociais burguesas, o indivíduo, tomado como mônada isolada, tem sua liberdade limitada. A questão religiosa expressa esta relação contraditória. (2011, pg. 11)

Assim, a sociedade capitalista atual se constrói e aprova somente os sentimentos egoístas de exploração e desconstrução do coletivo em nome do individual. Tudo isso em nome da propriedade privada, do acúmulo do capital, da constituição de riquezas, sem se considerar as consequências disso.

O mesmo estado surge também da propriedade privada, surge em uma instância macro de defender os interesses dessa propriedade privada ou daqueles que a possuem. Só há manutenção da propriedade privada porque há o estado, portanto, esse estado surge exatamente por esse objetivo, ao se constituir um estado dentro dos moldes do capitalismo se estabelece também a relação desses com as constituições dos seres humanos e das suas dificuldades e pobreza.

Se o Estado está fundado na propriedade privada, na exploração do trabalho, na geração de lucro, o pauperismo é sua consequência necessária, não importa quão desenvolvido é o país, o pauperismo é um problema inevitável que nenhuma vontade política suprimiu. (DA MATA, 2011, pg. 4).

Essa ideia de um estado embasado e constituído a partir da propriedade privada e também para defendê-lo está claramente presente em Marx ao afirmar que o estado que surge da sociedade civil, e não o contrário, nesse sentido o aparelho do estado estará à disposição dos interesses coletivos daqueles que participam da elaboração criação desse estado.

Marx apresenta uma tese (...): o Estado é dependente da sociedade civil, não o contrário. É a constituição da sociedade civil moderna que dá origem ao Estado moderno como gerente dos interesses particulares. De um lado, não é o Estado a esfera que inventa a sociedade civil, mas o contrário: a

sociedade civil que se organiza e se torna mais complexa necessita inventar o Estado, que a representa, organiza. (DA MATA, 2011, pg. 4)

Assim o estado surge da ação coletiva, e da participação de todos, quando não há essa participação abrangente, o estado não pode ser considerado efetivo, se convertendo em apenas alguns instrumentos de dominação e controle. A não participação da política coletiva faz com que os indivíduos isolados sejam egoístas, e superficial com o seu semelhante desvalorizando assim o poder que há na colaboração e na cooperação coletiva.

Ora, se a atividade organizadora é a função do Estado inventado pela sociedade civil, então seu limite de compreensão dos problemas sociais é haver defeitos de administração. Por outro lado, quando a sociedade civil se torna um conjunto de indivíduos isolados, atomísticos, apolíticos, e a política fica confinada à esfera do Estado, então ela se torna tecnocrática, burocrática, assistencialista e impotente para combater e exterminar os males sociais. “Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder”. (Marx, 2010a, p. 60 APUD DA MATA, 2011, pg.5).

Esse mesmo estado composto não pela coletividade geral, mas apenas por alguns que participam e se apoderam dele em benefício próprio é ineficiente em evitar a pobreza, até se apoderando dela em benefício próprio. Os interesses privados não podem se sobrepor ao interesse público sob a pena de prejudicar toda a constituição da sociedade nos seus princípios de igualdade e desenvolvimento.

Os interesses privados só se sobrepõem aos interesses públicos quando esses não se manifestam e são atuantes, pois da mesma forma que o estado surge e têm o seu poder delegado pela coletividade, o seu inverso é verdadeiro, na falta de uma atuação coletiva o estado é dominado pelos interesses particulares fazendo com que seja só mais um instrumento de dominação capitalista.

Para exterminar os males sociais, o Estado teria de superar a contradição entre interesses privados e públicos. Isto significaria negar uma sociedade cujo interesse fundamental é a satisfação do interesse individual, da iniciativa privada. O poder não é capaz de intervir na vida civil. Onde começa a sociedade civil, cessa o poder do Estado. (DA MATA, 2011, pg. 11)

Vilson da Mata (2011, pg. 7) percebe que Marx afirma esse aspecto também ao dimensionar a baixa efetividade da atuação política no seu modelo burguês capitalista: “O autor alemão nega a política em seu modelo moderno, burguês e representativo, em que o seu conteúdo afastou-se do mundo real e da sociedade civil. ” Assim um estado político não pode representar o seu povo se não houver a sua participação efetiva. Garantir instrumentos dessa participação é preciso para que de fato se tenha uma democracia efetiva que represente a sociedade nas suas diversidades.

Na economia solidária há essa construção da participação coletiva, pois sua direção é autogestinária e democrática, portanto para participar dos empreendimentos solidários é preciso um envolvimento de todos e gerando com isso um desenvolvimento social coletivo:

Esse caráter distintivo do ideário da economia solidária, em relação aos modelos conhecidos de ação econômica, coloca o ser humano e o trabalho na centralidade da atividade econômica, quando estimula a ação coletiva, o trabalho cooperado e sob autogestão, privilegiando a justiça social e o cuidado ambiental, numa prática de produção e consumo diferente da que caracteriza o modo de produção capitalista e sua base de acumulação privada da riqueza. (MONTEIRO, 2009, p. 43)

Assim a economia solidária se aproxima dos conceitos marxistas de uma forma prática, promovendo a atuação efetiva e a participação primeira na esfera do seu negócio e em seguida por toda a sociedade levando a um desenvolvimento coletivo.

#### **4.3.2 A solidariedade que se opõe ao capitalismo.**

A discussão atual gira em torno de como promover desenvolvimento sem a exploração e aniquilação dos recursos naturais. E em ambos os aspectos, (exploração do trabalho humano e exploração dos recursos naturais) o poder público é responsável. Intervir e regular, é fundamental a participação das formas de governos para que os sistemas sociais e econômicos se estabeleçam e funcionem a da maneira devida.

Por interesses do governo um sistema social pode surgir e desaparecer pode explorar mais as pessoas e a natureza de um determinado país, ou apoiar os mais pobres desse país. Por isso é tão importante para o governo se apropriar conscientemente dos aspectos que moldam o sistema social vigente para efetivar políticas públicas que intervenham nos males do sistema vigente na atualidade.

Estabelecido o papel do governo na sua função de promover um sistema social mais justo, e equitativo é fundamental, não se espera que com isso o governo determine, por força de lei, um sistema social diferente do vigente, espera-se que a orientação do seu trabalho, das suas políticas públicas siga no sentido de adequar da melhor maneira possível a necessidades social à sua forma de atuação, definir suas políticas públicas orientando não nas suas finalidades, na regulamentação e sim ação em favor das mudanças das suas políticas públicas de desenvolvimento.

E de encontro com a possibilidade de uma vida social mais justa e digna que surge a economia solidária. Essa forma de economia é uma forma de promover a igualdade nas bases da sociedade, é levar o desenvolvimento direto às comunidades locais. Como destacam França Filho e Santana Junior:

O desenvolvimento local é entendido como um ambicioso processo que envolve tempo, recursos humanos e econômicos, e, sobretudo, capacidade de construção e criação, o qual implica ir construindo, em cada etapa, estas condições ao nível do território e sua articulação com o global [...]. Esta preocupação com uma forma de valorização do modo de agir em desenvolvimento local, voltado para uma perspectiva de equilíbrio das várias dimensões compondo a vida num território parece muito próxima das preocupações que são comuns aos princípios, conceitos e práticas de Economia Solidária (FRANÇA FILHO; SANTANA JUNIOR, 2007, p.05).

A economia solidária é de fato um instrumento de empedramento social na sua base por suas características intrínsecas, um exemplo de forma da economia solidária é o cooperativismo que se constrói em torno de sete princípios mundiais, para que este seja livre, democrático, independente, um instrumento de desenvolvimento econômico, educação, formação, e interesse pela comunidade. Além do cooperativismo e dos seus princípios na economia solidária outros elementos também são elencados com muito destaque e valor para que sejam de fato um instrumento de desenvolvimento social:

A solidariedade como elemento previamente destacado nesse mesmo texto. Nessa forma de produção econômica se busca a justa e igualitária distribuição dos resultados alcançados, os que tocam o negócio em economia solidária estão também preocupados em promover o desenvolvimento local levando melhorias de vida aos participantes da atividade, elencando também como meta a preocupação com o bem-estar social e ambiental, para os trabalhadores e seus consumidores.

A autogestão provoca profundas transformações sociais por dar poder aos trabalhadores à medida que estes se tornam donos dos negócios, e deixam de ser simples empregados prontos a obedecer qualquer ordem, a autogestão provoca o aprendizado e o crescimento pessoal para que o negócio possa funcionar. Na autogestão a participação democrática é fundamental em todas as esferas, todos devem tomar posse das decisões do negócio e tocá-lo adiante para que funcione bem e seja efetivo.

Cooperação acontece por perceber e promover existência de interesses e objetivos comuns a todos, unindo as forças e capacidades transformando ainda a propriedade privada em propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados e emancipando o homem na sua forma de trabalho coletivo.

Dimensão econômica que são os elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de equidade, eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais cuidando para que a remuneração seja de fato pelo trabalho e não quantos se têm de capital. Na dimensão econômica a economia solidária se sobressai, pois pratica um preço justo livrando tanto quem produz quanto quem consome da exploração capitalista.

Os teóricos da economia solidária entre eles o maior expoente Paul Singer, afirma que a economia solidária se apresenta como alternativa à pobreza, à exclusão e ao desemprego, pois se caracteriza por outro modo de produção capaz inclusive de superar o capitalismo como forma de exploração atual e se afirmando como alternativa a esse modo dominante da produção social.

É mister pensar em uma nova forma de economia e produção social diante da crescente internacionalização e desestatização da economia mundial. O mercado capitalista se sobrepõe a tudo e a todos e promove a exploração da natureza e dos mais pobres em nome do desenvolvimento que só é alcançado pelos países mais ricos com as suas empresas multinacionais.

O que se pode ver mais claramente nas relações capitalista tanto histórica quanto atual, é o acúmulo do capital de uma forma tal que este supera até os poderes estatais. As multinacionais, os blocos econômicos exercem força e pressão para que os seus interesses se sobreponham aos dos países e da comunidade, de todas as pessoas. O capital se sobrepuja aos interesses do meio ambiente considerando todos os locais como fonte para sua exploração e a mão de obra também passa a ser um elemento de ganho a mais, sendo apenas descartável.

A economia solidária também é uma resposta ao acúmulo e exploração do capital por suas características de motivar os que dela participam: como politécnica dos trabalhadores, autogestão, democracia interna, solidariedade, movimento social, políticas públicas na sociedade.

Além do campo macroeconômico a economia solidária se apresenta no terreno microeconômico e como uma forma de desenvolvimento social, por não estar atrelada aos interesses e estratégias do sistema capitalista, sempre implementando às suas atividades a responsabilidade social e a defesa de iniciativas coletivas capaz de gerar novos atores econômicos.

Em diversas regiões do país já se pode observar algumas vantagens do trabalho cooperado em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição

de co-proprietário e gestor do negócio com poder de decisão em benefício do coletivo de trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; realizar o trabalho como algo digno e não como atividade penosa. A eficiência no trabalho se desenvolve onde existe conjugação de interesses e motivações comuns aos membros. Com isso, pode-se obter maior uso da capacidade de trabalho conjunto, através de acordo no coletivo. Pode-se obter maior ampliação do conhecimento técnico e profissional podendo ser apropriado pelo coletivo, incorporado à produção e distribuição equitativa dos resultados do trabalho, conforme a contribuição real de cada um e do coletivo. (EID, FARID, 2004 p. 14)

No aspecto da eficiência os defensores do capitalismo destacam que esse sistema é a mola propulsora do desenvolvimento, que as inovações e invenções só foram possíveis por conta desse sistema de organização social, porém o que se pode observar é que também se pode desenvolver a eficiência no trabalho por meio de interesses e motivações coletivas.

### **4.3.3 A Emancipação Política:**

Também a administração pública se tornou claramente um instrumento de dominação e perpetuação de uma classe no poder. Em outras palavras a via para se assumir a administração pública é a participação e atuação política, mas essa via se torna repulsiva por dois motivos: as pessoas não se interessam mais por se envolver na política dada a desesperança que ela gera, e o outro fator é a impossibilidade de emancipação política na ótica de que nem a educação nem o trabalho que foi posto como elementos de transformar o homem em cidadão têm cumprido com o seu papel.

O instrumento da administração pública se torna também um instrumento de alienação, uma vez que se torna ao mesmo tempo a negação do direito de participar da construção de uma sociedade mais justa e mais humana. Quando a ordem que administra e cuida da sociedade deixa de ser um padrão do exemplo moral e passa a ser, ou a manter, uma prática duvidosa ou questionável deixa de ser um elemento de constituição coletiva passa a ser um entrave para a emancipação política.

Existem na concepção marxista duas formas de emancipação a política e a humana: “Para Marx a emancipação política constitui uma espécie mais restrita face à emancipação humana, o que fica evidente no fato de o Estado poder ser livre de uma dada restrição.” (DE DEUS, 2005, pg.19).



Neste caso a emancipação política deve preceder a emancipação humana, desejar que a economia solidária se estabeleça como um elemento de emancipação humana é desejar também uma participação política ativa, uma emancipação que vem da percepção de que cada um deve ser um sujeito ativo na construção política, que venha da percepção que a democracia é algo que só acontece a partir da atuação da coletividade, de que só há democracia quando há coletividade e atuação de todos os sujeitos dessa.

A emancipação política constituiu um avanço, mas os seus limites são evidentes e podem ser constatados nas sociedades em que ela se realizou. Por isso, Marx foi categórico: “O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela, no fato de o estado ser capaz de ser um “Estado Livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2010, p. 39 APUD SOUZA e DOMINGUES, 2012 pg. 6).

Marx comprova que quando a forma de democracia do estado deixa de ser válida quando também deixa de ser coletiva, o estado só pode ser livre se o homem também for livre e se esse agir em liberdade de decisão e constituição dessa própria liberdade na sua prática cotidiana e coletiva, não apenas nas decisões individuais.

A organização política só acontece, pois, os homens abem mão da sua vida pessoal para cuidar de um coletivo, racionalmente a maioria deve entender que todos os que participam da política estão abrindo mão dos seus direitos e vontades individuais para pensar no coletivo, como destaca Leonardo Gomes:

A emancipação política é possível porque o Estado político se realiza por abstração da vida social do homem. O Estado se torna um intermediário entre o homem e sua liberdade, sua liberdade só existe por meio do Estado e da política, enquanto o homem permanece submetido aos mesmos laços em sua vida social. (2005, pg. 19)

Porém essa ideia só é praticável quando a maioria entende esse aspecto e se dedica a ele, e se aplica na construção da participação política como uma das instâncias da sua vida, sem a qual a política e a administração pública se torna um cheque em branco, uma carta de liberdade para que os pouco que se interessam por ela será, não mais para servir aos interesses coletivos, e sim porque têm meios de alcance de benefícios próprios e por isso se apropriam dos meios coletivos para ganhos pessoais.

O grande mal de quando não se têm uma política, ou mesmo uma democracia com ampla participação o que há é uma falsa constituição dessa democracia e uma política em descrédito, abrindo espaço para as formas externas e até contrárias ao sentido da democracia. É perceptível que nas formas de democracia da qual participamos a sempre elementos pouco democráticos, como

por exemplo, o capital financeiro e a propriedade privada que convergem em meios de ganho das disputas eleitorais. Ainda como a influencia de poder que exercem partidos com maiores legendas ou mais aliados e acabam garantido a vitória e a permanência no poder de grupos com os quais se aliam.

De fato, nos Estados mais avançados, a política está livre da propriedade privada, já que ela não constitui condição para sufrágio ativo ou passivo, com a abolição do voto censitário. No entanto, Marx afirma, “a propriedade privada não é suprimida com a anulação política da propriedade privada, mas antes a pressupõe.” (p. 148). O Estado político moderno abole as distinções de nascimento, ocupação, instrução, concede a cada indivíduo a mesma parcela da soberania política, todos são iguais perante a lei. Em contrapartida, o Estado não impede tampouco que “propriedade privada, instrução, ocupação atuem e façam valer sua essência particular, isto é, como propriedade privada, instrução, ocupação”. (p. 148). O Estado político antes supõe essas instâncias particulares e só existe por oposição a elas, como universalidade abstrata. (DE DEUS, 2005, pg. 20)

A democracia quando mais avançada ou estabelecida cria os seus meios para se livrar da captura, das pressões e de imposições de interesses particulares sobre ela, mas o único antídoto efetivo contra as particularidades é a coletividade. Só teremos uma sociedade de fato democrática e justa se houver uma participação efetiva e plural de todos os membros dessa sociedade. Somente quando houver representação de todos os interesses é que podemos chamar de democracia.

A democracia limitada pelos seus elementos externos não passa de alienação, a ideia de que se possui no momento do sufrágio o poder de escolher quem de fato vai governar é apenas uma ilusão, uma ideologia transmitida, provocada propositalmente para que esta funcione.

Sempre é mais fácil controlar e dominar uma população que acredita está participando e se envolvendo na política enquanto estão apenas encenando, como coadjuvantes, ou ainda menos que isso, figurantes de uma trama que é decidida de fato em outras instâncias, como as monetárias e a troca política combinada entre os que já se perpetuaram no poder e os próximos que também serão perpetuados. A aceitação dessa posição à margem da atuação relevante na democracia se dá por que ao mesmo tempo em que não atuam se livram também de responsabilidades e culpa, é mais fácil delegar e abrir mão do que realizar e participar. Como destaca Leonardo Gomes a partir da leitura de Marx.

A revolução política, ao mesmo tempo em que representou a libertação da política dos elementos sociais, representou, sobretudo, a libertação da sociedade civil de qualquer elemento político. Como afirma Marx, “o acabamento do idealismo do Estado era igualmente o acabamento do materialismo da sociedade civil”. (p. 161). A abolição do jugo político correspondeu à libertação dos entraves do espírito egoísta da sociedade civil. Marx diz: “O homem não foi, portanto, libertado da religião, ele recebeu a liberdade religiosa. Ele não foi libertado da propriedade. Ele recebeu a liberdade da propriedade. Ele não foi libertado do egoísmo da indústria, ele recebeu a liberdade de indústria.” (p. 161). Essa libertação de mão dupla, da política em relação a suas limitações sociais, da sociedade de qualquer amarra política, os privilégios feudais, foi identificada pelos revolucionários do século XVIII como uma afirmação de direitos naturais do homem, ou seja, a sociedade civil é identificada como a verdadeira natureza humana.

Se os homens aceitam e contentam-se com essa democracia imposta, e controlada é lhes foi transmitido que essa liberdade que também os desapropriam é a condição inerente da natureza humana e assim ainda não conhecem, e não poderão conhecer o poder e a força que podem ter na verdadeira democracia, que o “ônus” de participar da política vem com um bônus muito maior que é o de ter o seu direito garantido. De poder participar de forma efetiva na instância do poder que vai conduzir a vida de cada um e da própria sociedade, do coletivo que é uma organização única, viva e atuante.

Politicamente no Distrito Federal, destaca o subsecretário Afonso Magalhães foi promovida a interação e inserção do tema economia solidária com diversos setores, pois apenas a partir do que foi debatido que se pode gerar o aclame popular para a criação da lei.

Destaca ainda que a economia solidária não é um elemento político que surge por vontade do poder público de cima para baixo, pelo contrário ele nasce nas categorias mais baixas e pobres da sociedade, por isso junto com a economia solidária há uma forte luta política. O caminho para se chegar à imposição da força legal é forçado pelo levante popular e a partir dessa busca por melhores condições o governo regulamenta, acompanha, desenvolve e dá as condições necessárias para que esse tipo de economia de produção emancipatória aconteça mesmo que em meio aos sistemas de exploração.

Tanto a níveis locais como nacional a economia solidária surge por meio da participação política e ao mesmo tempo também desenvolve e fomenta essa participação aos empreendedores sociais que se relacionam e um grupo e nesse coletivo devem tomar as melhores decisões para os seus negócios.

#### 4.3.4 Emancipação humana

Emancipação humana é um conceito que está para além da emancipação política, a emancipação política pode ser “reduzida” à participação completa, plural de toda a humanidade de forma efetiva na política, sendo esse o caso a emancipação humana deve atuar para uma participação do ser humano para além da política também, uma vez que a simples atuação política limitada e restrita a apenas alguns, gera ilusão e não emancipação como destaca Wilson Da Mata, 2011, pg. 12: “O homem não pode ser verdadeiramente livre a partir da emancipação política. A parcialidade política tornou-se universalidade ilusória na efetivação dos direitos humanos como direitos do homem burguês, entendido como múnada isolada. ” Assim a consideração de uma emancipação humana se sobrepõe a consideração da emancipação política.

Outro aspecto que se torna um empecilho à emancipação humana é a propriedade privada, ou pelo menos a naturalização dessa como algo inerente das relações humanas. A propriedade privada provoca o reducionismo do homem ao que ele possui, e não permite que esse tenha a real liberdade de escolha, pois suas escolhas estarão sempre direcionadas ao que e como pode ganhar mais.

Não se propõe como os socialistas utópico o fim da propriedade privada, e sim a construção de aspectos aonde ela não domine sobre o ser humano, que este não seja o único conceito social construído e aceito, mais que isso, imposto coletivamente. Como resposta à propriedade privada podemos determinar meia produção coletiva, instrumentos que demonstre a sociedade que o que é de todo mundo também faz bem, e também deve ser valorizado. As formas de propriedade coletiva estão mais próximas da possibilidade de emancipação humana que a busca constante e a supervalorização da propriedade privada.

O entendimento a-histórico de que a propriedade privada seja eterna, natural e independente das relações sociais construídas pelos seres humanos é um empecilho para a realização da emancipação humana. A conservação da sociedade civil burguesa não efetiva a liberdade porque reduz o humano ao solipsismo. (DA MATA, 2011, pg. 13)

Buscar a emancipação humana por meio da propriedade coletiva é apenas mais um dos caminhos possíveis, mas esse não é um processo natural, a sociedade não se constitui emancipada política e humana pelo curso natural dela, é preciso o abandono das práticas egoístas e individualistas do homem burguês, mesmo sendo esse o único modelo estabelecido, a única forma vista e aceita por toda a sociedade.

Realizar a emancipação humana, porém, não é um processo “natural” da sociedade. Se fosse assim, confirmar-se-ia uma essência a-histórica do homem. Para ser conquistada, a emancipação humana passa pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, da exploração da mais valia da redução do mundo humano ao indivíduo egoísta e burguês.

A emancipação humana é projeto consciente de superação dos grilhões do mundo capitalista. Tal projeto não será efetivado sem a luta pelo fim das condições que aprisionam a humanidade na mediocridade. A liberdade humana só pode ser realizada quando houver o equilíbrio entre a liberdade do homem como indivíduo, em sua relação com a natureza, com os demais indivíduos e em relação a si mesmo. (DA MATA, 2011, 14)

Dessa forma a emancipação humana só pode correr se uma crítica à propriedade privada, ou seja, se houver essa transformação de valores da sociedade, se a propriedade coletiva ganhar uma posição de destaque que pelo menos a equipare a propriedade privada. Um dos grandes entraves à emancipação humana é um conceito que também já foi proposto por sociólogos e filósofos da conhecida escola de Frankfurt, a redução do homem às coisas, ou o valor do homem é medido pelo que ele tem ou pode comprar, nesse sentido a propriedade privada se constitui como forma e vem de encontro com esse interesse e de forma oposta a essa e que valoriza o ser humano como pessoa e na sua construção coletiva e com seus semelhantes é a propriedade coletiva.

A tarefa da emancipação deve ser construída na forma política que implica uma atitude praticamente crítica. A emancipação humana só pode ser conquistada pelos indivíduos organizados em torno do ideal de transformação radical da sociedade. A política precisa ser combatida com a política. (DA MATA, 2011, 14)

Para Da Mata a transformação radical da sociedade promove a emancipação humana e ele se apropria dos conhecimentos de Karl Marx para transpor as barreiras que o poder estabelece contra os interesses coletivos necessários à oposição da propriedade privada, a apropriação do ser humano como elemento social de construção coletiva:

Somente quando o homem individual real reabsorver em si o cidadão abstrato, como homem individual, como ser genérico, em sua vida diária, em seu trabalho particular e em suas circunstâncias particulares, somente quando o homem tiver reconhecido e organizado suas forças próprias, e conseqüentemente não mais separar o poder social de si mesmo na forma de poder político, somente então a emancipação humana será realizada. (Marx, 2005, p. 168 APUD (DA MATA, 2011, 14).

Marx destaca que a conquista da emancipação humana não se dá no campo anterior, da emancipação política, mas também não se constitui sem essa, a emancipação política é limitada, pois de participação, da atuação, e sem o interesse e busca diligente por parte desse indivíduo não há política de fato. A emancipação humana promove uma revolução social ao mesmo tempo em que depende dela para que aconteça.

A conquista da emancipação humana não se dá no terreno da política, limitado ainda quando em sua forma mais perfeita. Somente no terreno das forças sociais é que se dá a emancipação humana, no terreno das forças sociais reconhecidas e organizadas pelo próprio homem como suas próprias forças. A revolução social, por isso, terá que ir além de uma revolução política, necessariamente limitada, vez que “dissolve a vida burguesa em seus elementos, sem revolucionar esses mesmos elementos e submetê-los à crítica. Ela se relaciona com a sociedade civil, com o mundo das necessidades, do trabalho, dos interesses privados, do direito privado como com a base de sua existência, como com um pressuposto que não precisa ser mais bem justificado, portanto, como com sua base natural.” (p. 162). (DE DEUS, 2005. Pg. 22)

Assim se por um lado a emancipação humana promoverá uma quebra de paradigmas sem precedente, constituirá a sociedade envolvida e interessada não apenas com o individual, mas também com o coletivo e essa é uma ruptura da ordem social vigente, o capitalismo, portanto já é em si mesma uma revolução, mas ao mesmo tempo depende de uma revolução para que aconteça, uma revolução que mude os hábitos e as formas que transforme a vida atual em outros aspectos com mais atenção e cuidado com o outro, com uma preocupação do coletivo que se sobrepõe ao individual.

A emancipação humana promove à apropriação do potencial coletivo, na emancipação humana a palavra de ordem mais forte é a coletividade, por isso essa representa a superação ou a sequencia da revolução política, pois essa segunda é limitada aos que tentam participar dela enquanto que a humana precede a participação efetiva da sociedade, é uma construção coletiva, uma revolução de fato.

A emancipação política se não for abrangente e totalitária promove as falhas da democracia, promove a alienação daqueles que não participam dela enquanto o caminho da emancipação humana é uma construção coletiva, como se promove na distinção expressa por Leonardo de Deus, 2005, pg. 26:

Diante do que se expôs, vê-se a nítida distinção entre a estreiteza da emancipação política e a emancipação humana. Enquanto a emancipação humana corresponde a um estágio material e socialmente avançado, de desenvolvimento de forças sociais humanas, a emancipação política, bem ao contrário, deixa intocados os princípios da sociedade que pretende transformar.

Construída as diferenças entre emancipação política e humana se pode destacar que somente haverá emancipação humana a partir do seu estágio anterior, a emancipação política. O homem só pode estar completo com todas as suas dimensões ativadas para a sua prática de desenvolvimento na vida coletiva social.

A partir da constituição da emancipação política, o homem definindo e decidindo o seu destino no meio coletivo é que ele vai se reconhecer como um outro ser humano, a humanidade surge apenas na coletividade e depende dessa como

referência para sua prática. Por isso que a emancipação política leva a emancipação humana e as duas juntas garantem a emancipação social.

Os exemplos das comunidades extremamente pobres do Distrito Federal, capturados na entrevista, e que hoje tem inclusive um sistema financeiro próprio desenvolvido por eles e para atender as suas necessidades fazem uma demonstração de como a economia solidária promove a emancipação social em todos os seus aspectos.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.

Normalmente o sucesso e o desenvolvimento de uma nação são medidos pelo Produto Interno Bruto que ela apresenta uma medida estritamente capitalista que representa a soma, o acúmulo dos valores monetários de tudo que foi produzido nessa nação ou em alguma região.

Cada vez menos a referência estritamente financeira se mostra suficiente em atender todos os interesses e garantir o desenvolvimento geral na sociedade, pensando nisso na década de 1972 o rei butanês Jigme Singya Wangchuck, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), começou a colocar fórmula alternativa para medir o progresso de sua nação: FIB, Felicidade Interna Bruta aonde para ele “o cálculo da riqueza de um país deve considerar outros aspectos além do desenvolvimento econômico, como a conservação do meio ambiente e a qualidade da vida das pessoas.” (WEISSHEIMER, 2015). Esses temas costumam ser deixados de lado pelos investidores capitalistas por necessitar de recursos específicos e não apresentar um retorno financeiro imediato, mesmo diante de pesquisas que comprovam que aonde existem esses aspectos as pessoas são mais felizes e produzem mais, aumentando a capacidade de produção e trazendo o retorno sobre esses investimentos.

No Butão não foi diferente, em 2020 será o primeiro país a ter uma agricultura completamente livre de agrotóxico, imagina o retorno disso na qualidade de vida, a redução dos custos no tratamento de saúde e os ganhos para o meio ambiente, em longo prazo o retorno de se olhar para além do capital financeiro é espetacular. “O índice (FIB) está baseado na ideia de que o objetivo principal de uma sociedade não deveria ser somente o crescimento econômico, mas a integração de todas as dimensões da vida humana em busca de um bom viver, em harmonia com a natureza.” (WEISSHEIMER, 2015).

Em outras palavras pode-se esperar apenas da economia solidária o desenvolvimento de outras dimensões sociais e coletivas na prática da produção econômica. A ideia da Felicidade Interna Bruta é repetida em cada prática de economia solidária atuando e desenvolvendo atividades para além da simples produção econômica.

Apenas acumular riquezas não traz felicidade. É preciso ir além desenvolver atividade de solidariedades sobre todos para promover justiça aliada ao



desenvolvimento. Como foi abordado durante a pesquisa a economia solidária deve substituir a lógica de exploração do capitalismo em todas as instâncias não apenas para os mais pobres e mais necessitados. Apesar de vários fatores e limitações presentes no cotidiano e na realidade social vigente. O governo poderia se apropriar da ferramenta sugerida para promover o desenvolvimento holístico de toda a sua sociedade.

Muito se avançou na prática da economia solidária na última década, porém ela ainda não foi aplicada como esse instrumento de desenvolvimento de toda a sociedade. Ela ainda está reclusa a grupos específicos de excluídos sociais e financeiramente. Enquanto deveria se sobrepôr a todos, ser demonstrada e se apresentar como uma opção válida em qualquer instância da sociedade.

O governo nunca se apoderou desse instrumento para a transformação da realidade social, pelo contrário fica mantendo sobre ela a política do mínimo para não sucumbir as pressões das lutas sociais que exigem essa forma de produção na sua prática. A economia solidária deveria ser implantada como uma política pública de Estado de forma permanente sobre todos os territórios brasileiros e se apresentando a todas as instâncias da sociedade.

Entende-se que exigir essa generalidade da economia solidária pode se transformar em mais uma falácia, uma vez que para se desenvolver essa prática se deve esperar a atitude e a ação, ou seja, a economia solidária só acontece pelo protagonismo dos seus autores. Mas como protagonizar sobre algo que não é conhecido. Esses conceitos não estão nem presente nem são debatidos ou nem se quer apresentado de forma geral para a ampla sociedade.

Se o Estado não está apto a apresentar a economia solidária nos seus programas de governo deveria apresentar uma proposta de disseminação dos conhecimentos, apreciação desses ideais por todas as sociedades ou ainda o desenvolvimento de programas permanentes de capacitação em economia solidária.

A economia solidária exige o protagonismo cidadão para que aconteça, mas ao mesmo tempo em que impõe essa atuação individual também é capaz de formar, capacitar e elevar os conhecimentos desse na sua prática de vida permanente. Exige que cada participante dela deixe de ser subordinado para se tornar dono, tomar decisões e se apresentar para atividades como conselhos fiscais e atividades administrativas. Além das práticas de gestão democrática presente apenas nesse tipo de negócio.

A emancipação em todos os aspectos acaba sendo apresentada como mais que uma possibilidade na economia solidária. Ela se impõe à medida que o princípio dessa forma alternativa de produção vai se desenvolvendo se vai promovendo também os aspectos de emancipação do ser humano. Quer seja ele na sua visão política por apresentar e discutir maneiras democráticas, também no aspecto humano, pois promove a inclusão de renda associada a transformações locais e sociais.

Por isso defende-se nessa obra que o governo se aproprie da economia solidária como forma de desenvolver a sociedade. Como forma de promover a emancipação humana mesmo que para isso enfrente embates com forças dominantes da sociedade.



## 6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, MAXWEL RODRIGUES JACOBINA. Apontamentos históricos e teóricos sobre o conceito de economia solidária no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso; (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Metodista de São Paulo; Orientador: Claudete Pagotto. Brasília, 2013.

ARAÚJO, MAXWEL RODRIGUES JACOBINA. Cooperativismo e economia solidária como instrumentos de superação do capitalismo a partir da não exploração de mais valia. Monografia De Pós-Graduação (MBA em gestão de cooperativas) – AVM Wpós. Brasília, 2015.

BENINI, ÉDI...[et al] (organizadores). Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária, São Paulo, 2011.

CALDAS, WAHRENDORFF [et al] (organizadores). Políticas Públicas: conceitos e práticas, Belo Horizonte, 2008.

DEUS, LEONARDO GOMES DE. Trabalho e emancipação humana em Karl Marx. Monografia De Bacharelado, Rio De Janeiro, 2005.

DOMINGUES, ANALÉIA. SOUZA, OSMAR MARTINS DE. Emancipação política e humana em Marx: alguns apontamentos, Revista eletrônica arma da crítica, Paraná, 2012.

EID, FARID. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? Anais do XI FIEALC -, Cácares, UNEMAT Editora, 2004.

FILHO, GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteira conceituais. Bahia análise e dados, Salvador, 2012.

FRANÇA FILHO, GENAUTO CARVALHO DE. Ação Pública e Economia Solidária Uma perspectiva internacional. Porto Alegre, 2006.

FRANÇA FILHO, GENAUTO CARVALHO DE. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. Civitas, Porto Alegre. 2007.

GAIGER, LUIZ INÁCIO GERMANY. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. Brasília: 2012

GUIMARÃES, GONÇALO e SCHWENGBER, ÂNGELA. Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos Gestores Públicos. Rio de Janeiro, 2004.

GREGOLIN, ONIODI. DF: Lei Distrital de Apoio à Economia Solidária é sancionada em Brasília. Publicado em 11 de agosto de 2012 Disponível em: < <http://marista.edu.br/ims/2012/08/11/df-lei-distrital-de-apoio-a-economia-solidaria-e-sancionada-em-brasilia/>> Acesso em 22/11/2015.

HÖFFE, OTFRIED, O que é justiça. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LECHAT, NOËLLE MARIE PAULE, as raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no brasil. Economia solidária volume 1. São Paulo: Unicamp, 2002.

MAGALHÃES, ROGÉRIO ANTONIO LAGOEIRO DE. Valor, essência e aparência e o conceito da mais-valia extraordinária. ECONOMIA, Niterói - RJ, 2004.

MATA, VILSON APARECIDO DA. Emancipação e Educação em Marx: Entre a emancipação política e a emancipação humana. UFSC, Florianópolis – SC, 2011.

MANZATTI, MARCELO, Frente Parlamentar de Fortalecimento da Economia Solidária tem como primeiro desafio aprovar o marco legal do setor. Publicado em 3 de julho de 2012 disponível em < <http://www.famalia.com.br/?p=14659>> Acesso em 22/11/2015.

MONTEIRO, PÉRICLES CERQUEIRA. A economia solidária como política pública: desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana, Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2009.

MUNARIM, AQUILES. Secretaria nacional de economia solidária – SENAES: Superação do capitalismo? Florianópolis, 2007.

PRAXEDES, SANDRA FAÉ. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. IPEA, 2009.

POCHMANN, MARCIO. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. IPEA, 2004.

SANTOS, VINICIUS CORREIA. Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira, Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

SCHIOCHET, VALMOR. Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios. IPEA, 2009.

SCHWENGBER, ÂNGELA. Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores, Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, ROBERTO MARINHO ALVES DA. políticas públicas de economia solidária no Brasil: avanços, desafios e perspectivas. Congresso Luso Afro Brasileiro de ciências sociais. Ondina- BA, 2011.

SINGER, PAUL. Economia solidária versus economia capitalista. Brasília, 2001.

SOLIDÁRIO, TOQUE. Revista, Brasília - DF · Ano I · Edição nº1 · Abril de 2014.

WEISSHEIMER, MARCO. Economia solidária e felicidade interna bruta: as ideias de Paul Singer para enfrentar crise moral do capitalismo, 2015. Disponível em: <

<http://www.sul21.com.br/jornal/economia-solidaria-e-felicidade-interna-bruta-as-ideias-de-paul-singer-para-enfrentar-crise-moral-do-capitalismo/>> Acesso em: 20 set. 2015.

ZAMORA, MARTÍN ANDRÉS MOREIRA. Autogestão e emancipação dos trabalhadores: limites das cooperativas na produção capitalista. 2014.

ZANATTO, RAFAEL MORATO. A autogestão não é um pacote, é um caminho. A liberdade não é um modelo, é uma aspiração. São Paulo, 2009.

## 7 ANEXOS

### 7.1 Transcrição da entrevista.

Nome: Afonso Magalhães.

Atuação: Subsecretário da economia solidária no Distrito Federal

Tempo de experiência: 4 Anos na subsecretaria. Tempo anterior e posterior na militância política por causas sociais.

A entrevista citada surge a partir do interesse de se aproximar do tema a partir da sua forma mais institucional, a secretaria tinha-se em mente escrever artigos sobre o tema e participar de publicações acadêmicas sobre o tema. A se deu na sede da subsecretaria. Um ambiente formal e institucional. A entrevista foi gravada com a prévia autorização do entrevistado em áudio pelo celular e servindo este áudio para a constituição dessa atividade.

O roteiro da entrevista foi previamente definido e contava com cinco seções sequenciais onde faziam sete perguntas diferentes e pré-definidas, e por ser uma pesquisa semiestruturada acabaram surgindo novas questões e outros assuntos cruzando o diálogo.

Foi uma experiência impar na constituição dessa atividade por fornecer ferramentas práticas de observação das políticas públicas de economia solidária a partir da sua fonte e do seu local de implementação. Aonde ela acontece.

Nessa transcrição temos um resumo do áudio que ultrapassa os cinquenta minutos, com um destaque para as perguntas realizadas e a transcrição sintetizada das respostas, apenas dos trechos relevantes e utilizados na construção desse trabalho.

MAXWEL RODRIGUES: O que é secretaria de economia solidária, a quanto tempo esta ativa e quais suas atribuições ou seu papel?

AFONSO MAGALÃES: é uma subsecretaria na verdade, que está submetida secretaria de micro e pequenas empresas e é a instância governamental para o desenvolvimento de políticas públicas para a economia solidária, por meio de apoio técnico, e legalização bem como eventos e atividades para a área.



MAXWEL RODRIGUES: Quais são as realizações dessa secretária? Está alinhada com a política nacional (SENAES) e com as estratégias e experiência dos outros estados?

AFONSO MAGALÃES: As realizações são muitas, conferências, promoções de eventos, apoio técnico e capacitação dos empreendimentos solidários, essa semana mesmo (dezembro de 2014) vamos lançar as moedas solidárias do Paranoá e São Sebastião. (A partir daí a conversa segue para esse aspecto, com curiosidades e papéis dessas moedas e acabamos por não voltar à pauta da comparação das atividades com o que propõe a SENAES).

MAXWEL RODRIGUES: Em 2012 foi aprovada a lei da ECOSOL, o que ela representa?

AFONSO MAGALÃES: A Lei da ECOSOL distrital é importante pois obriga o governo a manter políticas públicas de desenvolvimento dessa área, organiza os empreendimentos, dá visibilidade a eles, certifica cada um e faz com que o caráter democrático seja mantido uma vez que a lei também prevê a criação de um conselho. Destaca ainda a segurança jurídica e a possibilidade de acesso ao crédito que ela abre.

MAXWEL RODRIGUES: Quais as iniciativas de eco sol no DF que merecem destaque? Tem relatos de resultados ou acompanhamentos dessas iniciativas?

AFONSO MAGALÃES: Merecem destaque a iniciativa de artesãos e catadores de materiais recicláveis, nosso acompanhamento para esses grupos é com capacitação para a formalização deles e incentivo a participação de feiras e eventos, bem como formalização de estandes para a venda dos seus materiais.

MAXWEL RODRIGUES: Com a troca de governo qual a perspectiva da ECOSOL no DF? Como esta fica avaliada: incipiente ou madura?

AFONSO MAGALÃES: Acredito que o novo governador terá a prerrogativa de dar sequência as atividades já iniciada e deixo um

trabalho bem realizado principalmente pelos aspectos sociais desenvolvidos durante o tempo que a secretaria já funcionou.

## 7.2 Foto do entrevistado.



(SOLIDÁRIO, 2014, pg. 18)

### 7.3 Quadro explicativo da Economia Solidária.

#### Explicando a Economia Solidária

A Economia Solidária é regida por valores como autogestão, democracia, cooperação e justiça. A prática promove a integração entre diversos grupos sociais e garante renda para muitas famílias no Brasil.

##### ORIGEM

A Economia Solidária é um movimento amplo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento dinâmico que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com apoio de governos.

##### PRÁTICA

A Economia Solidária está se espalhando pelo país inteiro. Encontra-se em associações, cooperativas, clubes de troca, redes, na agricultura, em grupos de costureiras, de catadores e muito mais. São diversos empreendimentos vendendo, comprando solidariamente e gerando trabalho e renda.

##### PARTICIPAÇÃO

Juntando-se a um empreendimento já existente – uma cooperativa ou associação, por exemplo – para produzir, vender comprar ou conseguir crédito, pode-se apoiar a criação de novos empreendimentos e participar de Fóruns e Feiras de Economia Solidária.

##### INFORMAÇÕES

Para mais informações, documentos e notícias, visite o *site* do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

[www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br)

Para conhecer mais a Economia Solidária no Brasil, acesse o portal do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária:

[www.sies.mte.gov.br](http://www.sies.mte.gov.br)

Para saber sobre as ações do Governo Federal em prol da atividade, acesse o portal do Ministério do Trabalho e Emprego:

[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

Fonte dos conceitos: Outra Economia Acontece - Publicação de campanha do MTE / SENAES / FBES

(SOLIDÁRIO, 2014, pg. 19)